

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

MANOEL ARAUJO GONÇALVES NETO

**INCENTIVO AO CONSUMO E ENDIVIDAMENTO DAS FAMÍLIAS BRASILEIRAS:
EFEITOS CONTRADITÓRIOS DAS POLÍTICAS PARA PREVENIR A RECESSÃO
ECONÔMICA NO BRASIL A PARTIR DE 2008**

São Luís
2019

MANOEL ARAUJO GONÇALVES NETO

**INCENTIVO AO CONSUMO E ENDIVIDAMENTO DAS FAMÍLIAS BRASILEIRAS:
EFEITOS CONTRADITÓRIOS DAS POLÍTICAS PARA PREVENIR A RECESSÃO
ECONÔMICA NO BRASIL A PARTIR DE 2008**

Monografia apresentada ao curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Maranhão, como parte das exigências para obtenção do título de bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Dr. Welbson do Vale Madeira.

São Luís
2019

MANOEL ARAUJO GONÇALVES NETO

**INCENTIVO AO CONSUMO E ENDIVIDAMENTO DAS FAMÍLIAS BRASILEIRAS:
EFEITOS CONTRADITÓRIOS DAS POLÍTICAS PARA PREVENIR A RECESSÃO
ECONÔMICA NO BRASIL A PARTIR DE 2008**

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Maranhão, como parte das exigências para obtenção do título de bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Dr. Welbson do Vale Madeira.

Aprovada em / /

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Welbson do Vale Madeira, orientador.

Doutor em Desenvolvimento Socioambiental, pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da UFPA; Professor do Departamento de Economia da Universidade Federal do Maranhão.

Prof.

Prof.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, meu pai amado, por me conduzir até este momento, por mostrar o caminho para seguir seus planos e fazer com que todas as coisas cooperassem para que esta etapa da minha vida fosse concluída. Obrigado pai, por todos os momentos que fizeram eu crescer e cada vez mais confiar em ti e seguir certo de que sempre estará comigo, independente do que eu faça.

Agradeço os meus pais pelo apoio incondicional ao longo de toda vida. Não saberia descrever com palavras tudo aquilo que sinto por vocês e o que vocês significam para mim. Por tudo que passamos juntos, momentos bons e momentos difíceis que tivemos que enfrentar, concluo este trabalho como retribuição a todo esforço e a tudo aquilo que vocês um dia abriram mão para que eu e meu irmão tivéssemos sempre a melhor educação possível.

Elevo minha gratidão as minhas tias Núbia, Regina, Ariceia, Lindalva, que contribuíram de diversas formas para o êxito deste momento em todas as fases do ensino.

Agradeço os amigos (em ordem alfabética) Alberto, Bruno, Dalmo, Fernando, Igor, Luís, Petrônio e Vernior Jr. e suas respectivas famílias pelo acolhimento e amizade quando necessário.

Agradeço o professor Welbson pela atenção e paciência em conduzir a evolução deste pesquisa e pela oportunidade de compartilhar de seu grande conhecimento.

A todos que de qualquer maneira, por mais ínfimo que possa parecer, somaram a este momento, minha eterna gratidão!

“No longo prazo estaremos todos mortos.”
(John Maynard Keynes)

“Lá, a crise é um tsunami. Aqui, se chegar,
vai ser uma marolinha”.
(Luís Inácio Lula da Silva, ex-presidente)

“É bom que a população aproveite porque
está terminando. É bom o pessoal ir às
compras”.
(Guido Mantega, ex-Ministro da Fazenda)

RESUMO

A evolução dos Estados modernos estabeleceu diversas funções, uma delas é manter a economia em equilíbrio. Em virtude dos perigos decorrentes da crise de 2008, uma das medidas implantadas pelo governo brasileiro incentivou o consumo das famílias. Ações como redução de impostos e expansão do crédito, incentivaram o consumo e isso acabou gerando um aumento expressivo no endividamento das famílias. Nossa hipótese sugere que o alto nível de endividamento compromete o consumo e conseqüentemente diminui a demanda agregada, um dos principais indicadores da saúde econômica de uma nação. Os resultados encontrados demonstram que o incentivo ao consumo gerou aumento no endividamento das famílias. Porém, não foi possível afirmar que este é a causa exclusiva das recessões econômicas que ocorreram no Brasil após 2008.

Palavras-chaves: crise; consumo; endividamento.

ABSTRACT

The evolution of modern states has established several functions, one of which is to keep the economy in balance. Due to the dangers of the 2008 crisis, one of the measures implemented by the Brazilian government encouraged household consumption. Actions such as tax reductions and credit expansion encouraged consumption and this led to a significant increase in household indebtedness. Our hypothesis suggests that the high level of indebtedness compromises consumption and consequently decreases the aggregate demand, one of the main indicators of the economic health of a nation. The results show that the consumption incentive generated an increase in household indebtedness. However, it was not possible to affirm that this is the exclusive cause of the economic recessions that occurred in Brazil after 2008.

Keywords: crisis; consumption; indebtedness.

LISTA DE FIGURAS

| | |
|--|----|
| Figura 1 – Fluxo Circular da Renda e do Produto | 18 |
| Figura 2 – Financiamento com casas como garantia nos EUA de 1985 a 2007 | 28 |
| Figura 3 – Contribuição dos componentes da demanda para o crescimento do Produto Interno Bruto no Brasil de 2003 a 2014 | 36 |
| Figura 4 - Participação das instituições públicas e privadas em relação ao total de crédito no Brasil de 2000 a 2017 (%) | 38 |
| Figura 5 – Endividamento das famílias brasileiras com o Sistema Financeiro Nacional em relação à renda acumulada dos últimos doze meses de 2005 a 2008 | 40 |
| Figura 6 – Evolução da Composição do Crédito no Brasil de 2001 a 2009 | 41 |
| Figura 7 – Medidas anunciadas pelo Ministério da Fazenda para estimular o consumo no Brasil em 2011 | 42 |
| Figura 8 - Total de famílias brasileiras que não tiveram condições de pagar suas dívidas de 2010 a 2018 | 46 |
| Figura 9 - Tipo de dívida em relação ao total de famílias brasileiras de 2010 a 2018 | 46 |
| Figura 10 - Decomposição do Spread bancário no Brasil em 2009 | 47 |
| Figura 11 - PIB trimestral em relação ao consumo das famílias brasileiras de 1995 a 2019 | 49 |

LISTA DE GRÁFICOS

| | |
|--|----|
| Gráfico 1 – Oferta e Demanda Agregadas segundo o “sistema clássico” | 16 |
| Gráfico 2 – Exportação Total no Brasil de 2003 a 2009 | 30 |
| Gráfico 3 – Evolução do PIB no Brasil de 2003 a 2009..... | 31 |
| Gráfico 4 – Despesa de Consumo das Famílias Brasileiras de 2003 a 2009 - Variação em volume da taxa acumulada ao longo do ano | 31 |
| Gráfico 5 – Total de operações de crédito das pessoas físicas do sistema financeiro no Brasil de 2003 a 2012 | 43 |
| Gráfico 6 – Total de comprometimento da renda das famílias brasileiras com o Sistema Financeiro Nacional em relação ao acumulado dos últimos doze meses de 2005 a 2014 | 44 |
| Gráfico 7 – Endividamentos das famílias brasileira em relação a renda acumulada nos últimos 12 meses de 2005 a 2014..... | 45 |
| Gráfico 8 – Relação da variação anual do PIB (%) com a taxa de inadimplências da carteira de crédito das pessoas físicas de 2011 a 2019..... | 48 |
| Gráfico 9 – Variação do PIB no Brasil de 2003 a 2016 | 48 |

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| 1. INTRODUÇÃO..... | 12 |
| 2. POLÍTICAS ECONÔMICAS E DEMANDA EFETIVA. | 14 |
| 2.1 DEBATE TEÓRICO ACERCA DO PAPEL DO ESTADO NA ECONOMIA. | 14 |
| 2.2 PAPEL DO CONSUMO NA DEMANDA EFETIVA..... | 22 |
| 2.3 PAPEL DAS POLÍTICAS DE ESTABILIZAÇÃO. | 24 |
| 3. A CRISE DE 2008 E SUAS MANIFESTAÇÕES NO BRASIL..... | 26 |
| 3.1 SOBRE A CRISE MUNDIAL DE 2008. | 26 |
| 3.2 MANIFESTAÇÕES DA CRISE NO BRASIL A PARTIR DE 2008. | 30 |
| 4. EFEITOS DAS POLÍTICAS DE INCENTIVO AO CONSUMO DAS FAMÍLIAS PARA COMBATER POSSÍVEIS EFEITOS DA CRISE DE 2008. | 33 |
| 4.1 IMPORTÂNCIA DO CONSUMO NO COMBATE AS CRISES..... | 33 |
| 4.2 MEDIDAS DE INCENTIVO AO CONSUMO PARA COMBATER A CRISE | 35 |
| 4.3 EFEITOS CONTRADITÓRIOS DAS POLÍTICAS PARA PREVENIR A RECESSÃO ECONÔMICA: RISCOS DO INCENTIVO AO CONSUMO..... | 42 |
| 5. CONCLUSÃO | 50 |
| REFERÊNCIAS | 51 |

1. INTRODUÇÃO

A recessão econômica que teve início nos EUA em setembro de 2008, assolou o mundo, sendo o marco a quebra do Banco Lehman Brothers. Em virtude da globalização e inovação financeira, a maioria dos países foi afetado, tendo em vista as inúmeras relações comerciais existentes entre eles. No Brasil, foram implantadas algumas medidas econômicas para conter o impacto que este momento de recessão poderia causar à nação.

O objetivo principal deste trabalho é demonstrar os efeitos das medidas econômicas tomadas pelo governo brasileiro para conter os efeitos da crise de 2008, com destaque para as políticas econômicas de incentivo ao consumo das famílias por meio de redução de taxas de juros em bancos públicos, principalmente com empréstimos consignados, e redução de impostos. Em virtude do superendividamento das famílias, principalmente após 2008, argumentamos que essa situação compromete o consumo das famílias e assim leva a economia a ter resultados negativos, pois conforme cresce no médio/longo prazo a parcela renda comprometida com endividamento, há diminuição do consumo. Portanto, é importante investigar a eficiência dessas políticas tendo em vista que o endividamento das famílias reduz o consumo em um período posterior, e como este é um dos componentes da demanda agregada, seu baixo nível é um dos indicadores de recessão econômica.

Para alcançar nosso objetivo principal, destacamos alguns pontos importantes. O primeiro, que será tratado após essa introdução, é a ação do Estado como agente econômico que viabiliza os meios para manter a economia em crescimento. Sobre este assunto, o primeiro capítulo trás o debate das escolas de pensamento econômico a respeito da intervenção do Estado na economia, apresenta um resumo da evolução das ideias de acordo com os acontecimentos históricos e suas principais características.

No terceiro capítulo, apresentamos um resumo da crise de 2008 e seus desdobramentos na economia brasileira, destacando os motivos da preocupação com as crises no sistema capitalista, em virtude dos seus impactos destruidores na sociedade.

Por fim, expomos as medidas que o governo brasileiro tomou para conter os efeitos dessa recessão, a importância do consumo como variável para manter a

demanda na economia e assim sair desse momento com maior rapidez e os riscos dessas medidas para o futuro da economia.

Para dar veracidade nas análises e conclusões que chegaremos, as variáveis foram extraídas de fontes oficiais como Banco Central do Brasil (BCB), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) que é responsável pela Pesquisa Nacional de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC). Para fundamentar as ideias expostas, utilizamos autores referência no assunto estudado, além de teses, dissertações, artigos e publicações de universidades renomadas no Brasil e no exterior extraídos dos seus sites oficiais ou publicadas por sites confiáveis como Google Acadêmico e SCIELO.

2. POLÍTICAS ECONÔMICAS E DEMANDA EFETIVA.

Para construção do objetivo que propomos neste trabalho, que é demonstrar se, perante as possíveis consequências do cenário de crise iniciado em 2008, as políticas econômicas de prevenção implantadas pelo governo brasileiro tiveram efeito contraditório em relação ao objetivo inicial (recuperar/manter o nível de demanda da economia) gerando endividamento das famílias, um ponto importante é compreender os motivos que levam o estado a interferir na economia escolhendo o incentivo ao consumo através da expansão do crédito, redução de impostos, e outros, como ferramenta de combate a crise. Assim, vamos expor as visões das teorias econômicas que tratam deste assunto a fim de demonstrar as bases que justificam a postura tomada pelo governo em escolher esse tipo de política econômica para manter o nível de crescimento. Tentaremos avançar a exposição da participação do estado na economia seguindo uma ordem cronológica para melhor compreensão da evolução das teorias até o período referente de nossa pesquisa.

2.1 DEBATE TEÓRICO ACERCA DO PAPEL DO ESTADO NA ECONOMIA.

Apesar de não ser nosso objetivo principal estudar as correntes de pensamento acerca da intervenção do Estado na economia, o debate é importante ao leitor para compreender que, por mais que as funções do Estado moderno estão estabelecidas como normais ou necessárias, não há uma unanimidade em sua participação em assuntos econômicos.

O Estado moderno tem uma trajetória de crescimento contínua, desde o absolutismo na fase inicial, até o ponto de se tornar senhor da moeda e ser reconhecido como dispositivo de organização e realização da humanidade através da cobrança de impostos. Por mais que a noção de Estado observada atualmente seja tida como normal ou necessária, sua participação no sistema econômico não é aceita de forma unânime como eficiente ou necessária. Musgrave e Musgrave (1980) enfatizam que o papel e o tamanho do Estado se justificam de forma a combater as falhas do mercado de acordo com suas posições ideológica, social e política dominantes em cada fase da história do capitalismo (apud OLIVEIRA, 2009). Seguindo a mesma linha de pensamento, para Giambiagi (2016) “a existência do

governo é necessária para guiar, corrigir e complementar o sistema de mercado que, sozinho, não consegue desempenhar todas as funções econômicas” (p. 37).

Existem visões bastante distintas entre as escolas teóricas de pensamento econômico em relação aos efeitos que essa interferência causa à estabilidade macroeconômica. Por exemplo, para os neoclássicos e monetaristas, que acreditam em mecanismos automáticos de estabilização dos mercados, a interferência do Estado é prejudicial pois reduz a eficiência do comércio e altera o equilíbrio natural. Ao contrário, a escola keynesiana, com seus ensinamentos refinados pela perspectiva da Síntese Neoclássica, entende que as políticas econômicas são justificáveis para propiciar o objetivo do pleno emprego em momentos de instabilidade onde há insuficiência de demanda efetiva, tornando o sistema mais eficiente. Há ainda os princípios da teoria econômica ortodoxa que não enxerga a sociedade, mas o indivíduo racional que irá conduzir a um ponto máximo de bem-estar refletindo na sociedade, onde o Estado seria útil não existindo (OLIVEIRA, 2009).

Na teoria neoclássica, desenvolvida sobre a *Lei de Say*, onde “a oferta cria sua própria procura”, predominavam os princípios do liberalismo ortodoxo no sentido de que as forças do livre mercado (mão invisível), atuando sobre as variáveis reais (população, tecnologia e formação de capital), irão naturalmente determinar os níveis de produção e emprego que farão a economia estar em pleno emprego, sem a necessidade do controle estatal, tendo a possibilidade de aumentar o tamanho do mercado de atuação com a inexistência de barreiras regulatória. O desemprego não era uma questão que preocupava os neoclássicos, por mais que houvesse algum (voluntário), iria ser combativo pelo ajuste automático no pleno emprego (FROYEN, 2001).

Mondenese aponta que na análise do pensamento macroeconômico, quatro escolas de pensamento econômico foram dominantes desde Adam Smith até fins do século XX:

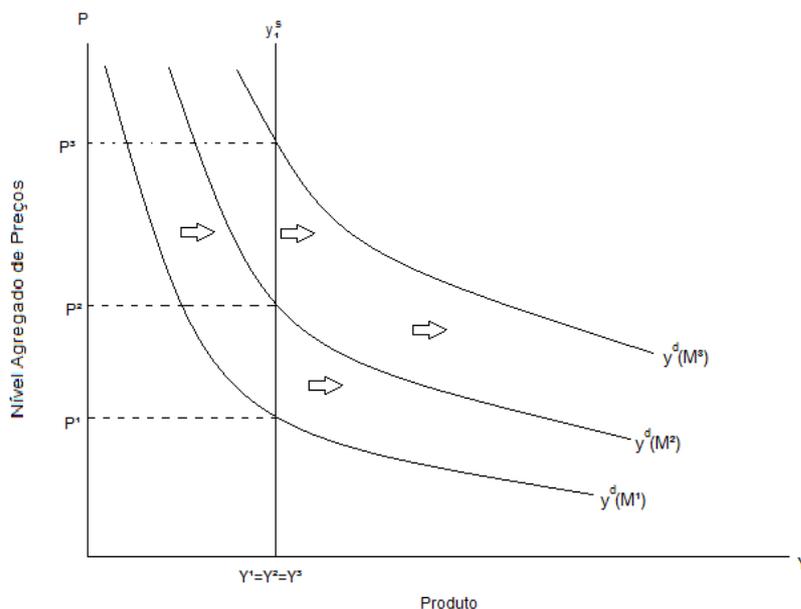
- (i) a clássica (até fins da década de 1930; (ii) a keynesiana (entre os anos de 1940 e meados da década de 1960); (iii) o monetarismo tipo I (durante os anos de 1970); e (iv) o monetarismo tipo II (a partir de fins da década de 1970). (2005, p. 138).

O termo “clássica” foi utilizado por Keynes para se referir a todos os economistas que escreveram sobre questões macroeconômicas até antes de 1936 (FROYEN, 2001, p. 44). Sobre as variáveis que causam impactos na economia, Pinho

(2006) explica que a teoria quantitativa da moeda no modelo “clássico” mostra que, caso haja aumento na quantidade de moeda, haverá aumento na demanda sem afetar a oferta, o que causará um aumento na inflação. Ou seja, a moeda para os “clássicos” tinha efeito neutro sobre as variáveis reais. Dessa forma, uma possível intervenção do Estado em incentivar a Demanda, causaria apenas inflação.

Para termos uma ideia melhor da visão neoclássica sobre intervenção do estado, vamos analisar no gráfico 1 os possíveis equilíbrios entre oferta e demanda com incentivo fiscal do governo:

Gráfico 1 – Oferta e Demanda Agregadas segundo o “sistema clássico”.



Fonte: FROYEN, 2001, p. 72. Elaboração: própria.

A curva da oferta agregada vertical ilustra a natureza de “determinação pela oferta” do produto no modelo clássico (FROYEN, 2001, p. 61). A produção ($Y^1=Y^2=Y^3$) é definida pelas variações na mão de obra. Assim, a maneira dessa economia aumentar sua produção, seria uma melhora na eficiência da produção. Em relação a Demanda Agregada (M^1 , M^2 e M^3), as alterações nos níveis de preço são em virtude do aumento do estoque de moeda existente, sem afetar o produto. Sobre a intervenção do Estado na economia, Froyen explica:

No “sistema clássico” não interessa a origem do aumento no estoque de moeda. Uma dada mudança no estoque monetário tem o mesmo efeito tanto quando ocorre em razão do financiamento dos gastos do governo como quando ocorre de outros motivos. Em outras palavras,

e este é um ponto crucial, um aumento nos gastos do governo não tem nenhum efeito independente sobre a demanda agregada (2001, p. 81)

O avanço na produção impulsionada pela Revolução industrial ocorrida na Grã-Bretanha no século XVIII expôs um cenário diferente ao defendido pelos “clássicos”, onde a felicidade geral seria resultado da busca e da felicidade do bem-estar individual. A utilização de mulheres e crianças no processo produtivo em função da situação de pobreza extrema abriu margem para o avanço das ideias socialistas que utilizaram esse momento para sistematizar a essência instável do capitalismo e demonstraram que o papel do estado era “servir de instrumento para classe dominante”. De forma a combater o crescimento dessa corrente, os “clássicos” dão uma nova configuração para sua teoria, retirando o foco da produção (oferta) passando a estudar o comportamento do consumo. O essencial do valor da mercadoria pela quantidade de horas necessárias para sua produção (Valor-trabalho), é agora vista como resultado da soma dos fatores de produção trabalho-capital-terra e a remuneração seria resultado da contribuição marginal (teoria marginalista) de cada fator ao produto final (Valor-utilidade), passando agora a observar o indivíduo como sendo um agente econômico maximizador da sua satisfação diante à restrição orçamentária – famílias maximizam suas rendas e firmas maximizam o lucro –, refletindo assim de forma benéfica na sociedade. Essa teoria, denominada neoclássica, buscando a exatidão matemática das ciências econômicas através do conceito de equilíbrio de Pareto, onde na máxima eficiência (equilíbrio) um indivíduo não é capaz de melhorar seu nível de bem-estar sem prejudicar outro, obteve sucesso entre economistas por um longo tempo e deu início aos estudos microeconômicos. Porém, os princípios “clássicos” de intervenção do estado se mantiveram os mesmos (OLIVEIRA, 2009, p. 35-9)

Até o século XIX e início do século seguinte, as questões microeconômicas (ortodoxas) tiveram predomínio nos estudos econômicos. Porém, no século seguinte, as variáveis renda, emprego e preço já começavam a receber maior atenção. Com a eclosão da crise de 1929, os estudos macroeconômicos se intensificam e começam a ganhar destaque. Uma notoriedade em especial foi dada as ideias de John Maynard Keynes, expostas no livro *A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda* (1936), que se tornou referência nesse assunto rendendo-o título de Revolução Keynesiana em virtude da mudança de pensamento econômico trazido à época (FROYEN, 2001).

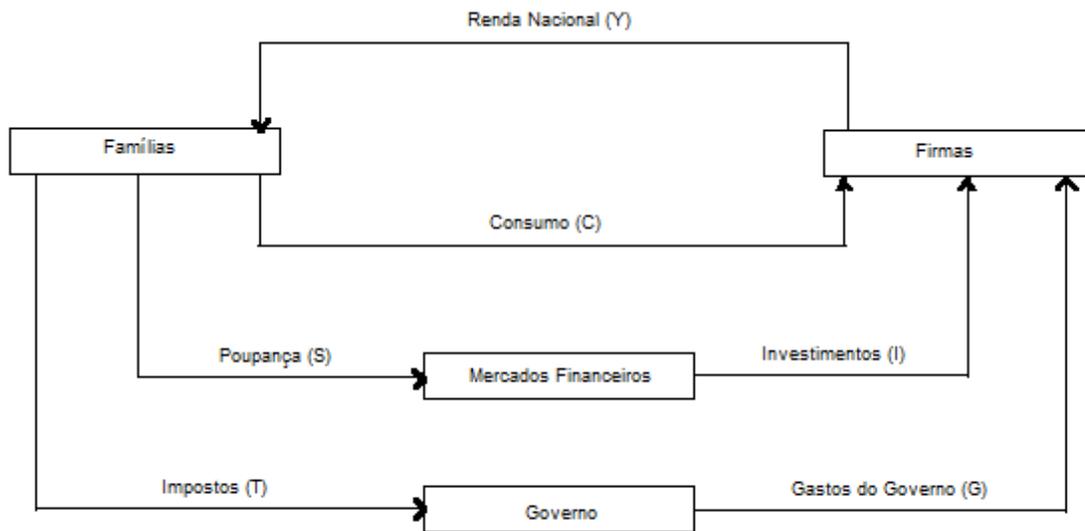
Ao julgar os princípios neoclássicos de autorregulação dos mercados que não davam sinais de recuperação em meio à crise de 29, Keynes demonstra que nesse tipo de situação (recessão) gerar um *déficit público*¹ momentâneo, financiado pela emissão de moeda, seria a melhor alternativa para recuperar a economia através do aumento da demanda agregada pois o próprio nível de atividade quando alcançado o ponto de pleno emprego terá aumentado a arrecadação a ponto de compensar os gastos iniciais, diferente de um financiamento através do aumento na tributação que acabaria apenas transferindo recursos do setor privado sem gerar novo poder de compra, (DILLARD, 1976 apud OLIVEIRA, 2009, p. 53-4)

Conforme explica Oliveira (2009), a teoria keynesiana é baseada no princípio da demanda efetiva. Nesta, o investimento capitalista é baseado na expectativa da economia. Assim, se essa apresentar sinais desfavoráveis, haverá uma redução na renda agregada e conseqüentemente no emprego, por isso, nesses casos, Keynes defende a intervenção do Estado, gerando déficit para recuperar o nível de demanda, fazendo aumentar o fluxo de renda e retomar seu objetivo de gerar pleno emprego através das boas expectativas na economia, atraindo novamente os investimentos.

Pelo fluxo circular da renda demonstrado na figura 1, observamos a importância que o autor deu ao enfatizar a importância dos gastos públicos (e dos investimentos privados) para recuperar a economia em momentos de recessão e garantir a demanda efetiva no pleno emprego. Ou seja, caso a economia apresente momentos de baixa demanda, irá refletir em baixos investimentos e baixa produção, elevando o desemprego. Assim, o governo, incentivando a demanda pela criação de novo poder de compra, pode recuperar o ciclo de investimento e aumentar o nível de emprego. A fórmula utilizada por Keynes para demonstrar a demanda efetiva é $Y = C + I + G$, para uma economia fechada. Sendo Y a igualdade contábil de produto, renda e demanda agregada (nacional, no caso de uma economia fechada). (FROYEN, 2001)

Figura 1 – Fluxo Circular da Renda e do Produto.

¹ Quando a receita (R) arrecada do governo é igual ou superior aos gastos (G) tem-se uma situação de equilíbrio ou superávit fiscal ($R \geq G$). Contrariamente, quando $R < G$, temos uma situação de déficit fiscal (OLIVEIRA, ****, p. 245)



Fonte: Froyen, 2001, p. 95.

Conforme visto nas ideias neoclássicas, o incentivo promovido pelo governo causaria aumento nos preços. Em relação ao problema da inflação², Keynes afirma que no curto prazo os preços são rígidos, e que no longo prazo os possíveis efeitos que o incentivo a Demanda através da emissão de moeda causar a inflação, serão compensados pelo crescimento econômico. O problema só vai existir se a expansão da inflação e da demanda agregada forem superior a capacidade de oferta da economia. Isso pode ocorrer em virtude da contínua emissão de moeda pelo governo para cobrir o déficit. Assim a inflação continuará subindo, rompendo o equilíbrio macroeconômico existente. (DORNBUSCH & FISHER, 1999 apud OLIVEIRA, 2009, p. 57)

As ideias keynesianas de que os gastos públicos colaboram para expansão do emprego e renda, afetando variáveis reais em momentos de crise, sem gerar inflação, foi dominante enquanto o capitalismo se manteve crescente após a Segunda Guerra Mundial (1945). A partir de 1960, quando o capitalismo começa a ter sinais de instabilidades, as ideias *mainstream* do *trade-off* entre inflação e desemprego, passam a ser questionadas pela corrente monetarista (neoclassicismo transformado). Para essa corrente, o déficit público só afeta as variáveis reais da economia no curto prazo, causando inflação no longo prazo. Apesar do pensamento monetarista ser contrário a

² “Inflação é o aumento dos preços de bens e serviços. Ela implica diminuição do poder de compra da moeda (BCB..., 2019)”.

teoria keynesiana, não há uma ruptura drástica a ponto de ser considerada uma revolução, tendo em vista o fato de aceitarem que a intervenção do Estado tem efeito no curto prazo. (OLIVEIRA, 2009, p. 249-250).

Essa fase posterior ao declínio das ideias keynesianas, é marcado pelo estudo das expectativas dos agentes econômicos, que supostamente irão usar as informações disponíveis no sistema econômico para prever o futuro da economia. De acordo com Mondenese (2005), a primeira fase, o monetarismo tipo I, caracterizado pelas expectativas adaptativas, que durou de 1960 a 1970, era caracterizado pela utilização das informações do que aconteceu no passado para prever o futuro. Ainda segundo o autor, usando esse método, as firmas e famílias eram incapazes de maximizarem sua utilidade pois reconheciam a existência de desequilíbrios em função da ilusão monetária causada pela temporariedade das informações. Sua pouca duração e ascensão do monetarismo tipo II (Novo-Clássica) se deu pelo seguinte motivo:

(...)no monetarismo tipo I, os agentes cometem erros sistemáticos porque: (i) eles formulam suas expectativas com base em informações do passado; e (ii) são incapazes de incorporar qualquer informação adicional no processo de formação de expectativas. (2005, p. 144)

O surgimento do monetarismo tipo II foi beneficiado pelo mesmo motivo que as outras correntes tiveram: o fraco ou insuficiente resultado da economia. Após a crise dos anos 70, surgiu a escola de pensamento econômico denominada novo-clássica – escola das expectativas racionais. A hipótese afirma que todos os indivíduos são agentes econômicos racionais que maximizam toda informação disponível no sistema para formularem suas expectativas, assim, podem formular teorias econômicas válidas (MUTH, 1981, p. 3, apud MONDENESE, 2005).

Nesse mundo de expectativas, mais uma vez o Estado é colocado como agente causador de instabilidade. Todas as tentativas de suporte econômico vindas do setor público teriam seus efeitos anulados pelas decisões “racionais” que os indivíduos tomarão, baseados em todo conhecimento dos efeitos que esta medida do governo causará às variáveis reais, refletindo apenas em inflação. Porém, a partir da década de 1980, com o fim das barreiras que impedem o livre comércio e financeiro, momento em que o capital começa a circular pelo mundo atrás das melhores oportunidades de investimento e os Estados necessitam de capital para financiar seus gastos e pagar suas dívidas, a política fiscal ganha uma nova interpretação. Visando

garantir a segurança, rentabilidade e diminuição aos riscos dos seus investimentos, o dono do capital determina ao governo medidas e regras que garantam maior segurança em suas aplicações, com a punição de não terem esses capitais caso não cumpram as prescrições. Essas regras diminuía definitivamente as funções do Estado. Tendência que teve grande repercussão nos anos 80 e 90 dando espaço para o crescimento do pensamento neoliberal. Porém, as constantes crises na década de 90, em virtude do domínio do capital financeiro sobre o industrial, revelaram a importância do setor público nessa nova etapa do desenvolvimento global. Neste cenário o que irá garantir os investimentos dos agentes racionais é a postura dos governos em propiciar segurança ao capital financeiro e não apresentar riscos de inadimplência em relação a dívida pública, mantendo o controle das contas públicas (OLIVEIRA, 2009).

Ferrari Filho e Araújo (2000) demonstram que a escola de pensamento pós-keynesiana, elaborou críticas a respeito da natureza das expectativas defendida pela corrente *mainstreams* (racionais), uma vez que tomam decisões antes da variáveis apresentarem resultados, baseando-as em probabilidade, submetem-se ao risco. Os pós-keynesianos acreditam que é o princípio da incerteza que conduz as decisões dos agentes, de modo que não é possível traduzir isso em cálculos probabilísticos pois é impossível prever o futuro. Se o futuro pudesse ser previsto de forma probabilística, não seria expectativa, mas sim determinismo. Segundo Keynes (1996), essas decisões são tomadas a partir de convenções, como explica o autor com suas palavras:

(...) seria tolice, ao formar nossas expectativas, atribuir grande peso às questões que são muito incertas (...) O estado de expectativas de longo prazo, sob a qual nossa decisão é baseada, não depende somente da mais provável previsão que fazemos. Ele depende também da confiança com que fazemos a previsão".] (p.148)

Dessa forma, o que determina as atitudes dos agentes econômicos em entesourar moeda ou investir, serão as incertezas em relação ao futuro. Quanto maiores as incertezas em relação as expectativas dos agentes, maior a chance de adiar o consumo, em consequência, menor expectativa de investimento, ou seja, são inversamente proporcionais. (FERRARI-FILHO; ARAÚJO, 2000)

De acordo com Lopreato (2006, p. 2), no cenário mais recente, o papel do Estado seria "o de garantir a rentabilidade dos títulos públicos como espaço de valorização do capital, bem como oferecer salvaguardas aos bancos e empresas nas

crises e defender a lucratividade de outros ativos atraentes ao capital” (apud OLIVEIRA, 2009, p. 252). Exemplo disso foi o ocorrido nos EUA na crise de 2008 quando o Banco Lehman Brothers quebrou gerando uma avalanche de falências em todo conglomerado envolvido com o sistema bancário. Sobrou para o *Federal Reserve*³ a missão de socorrer o sistema bancário oferecendo um suporte de 700 bilhões de dólares para todas as instituições financeiras consideradas “grandes demais para falir” (HARVEY, 2001). No tópico seguinte, enfatizamos a importância do consumo para a demanda efetiva e o papel das políticas de estabilização

2.2 PAPEL DO CONSUMO NA DEMANDA EFETIVA.

A importância do consumo ultrapassa o debate sobre a eficiência do Estado em interferir em assuntos econômicos. Independente da corrente de pensamento dominante, o baixo nível de consumo é um forte indicador de que a economia está com problemas. Nesse debate, um destaque especial foi dado por Keynes que analisou o nível de consumo agregado como indutor das decisões de investimento e assim nas decisões de ofertar emprego. A corrente neoclássica também trata deste assunto, porém, de forma microeconômica, analisando o comportamento do consumidor no tocante as suas decisões de gasto de acordo com sua restrição orçamentária.

Através da Figura 1, podemos observar a importância que os investimentos privado e público possuem na manutenção da Demanda Efetiva. Quando a economia está em recessão, os agentes possuem incertezas em relação ao retorno dos investimentos, a chamada eficiência marginal do capital. Neste caso, o Estado atua como agente estabilizador que incentivará o investimento privado aumentando o gasto público a fim de reduzir as instabilidades geradas no sistema econômico, e assim promover a demanda efetiva, gerando confiança no setor privado. Através dessa confiança, que os agentes irão investir novamente e assim gerar emprego e renda (KEYNES, 1996).

Porém, nem toda renda gerada na produção retorna diretamente como demanda agregada, uma parte vai para o governo e outra para poupança. Por isso, o

³ Semelhante ao Banco Central Brasileiro

consumo e os investimentos se destacam como indicadores da saúde da economia, de modo que a parte da renda que não for gasta em consumo, deve ser compensada pelos investimentos públicos e privado, mantendo o fluxo de renda, conforme afirma Keynes:

As grandes linhas da nossa teoria podem expressar-se da maneira que se segue. Quando o emprego aumenta, aumenta, também, a renda real agregada. A psicologia da comunidade é tal que, quando a renda real agregada aumenta, o consumo de agregado também aumenta, porém não tanto quanto a renda. Em consequência, os empresários sofreriam uma perda se o aumento total do emprego se destinasse a satisfazer a maior demanda para consumo imediato. Dessa maneira, para justificar qualquer volume de emprego, deve existir um volume de investimento suficiente para absorver o excesso da produção total sobre o que a comunidade deseja consumir quando o emprego se acha em determinado nível.(...)O montante de investimento corrente dependerá, por sua vez, do que chamaremos de incentivo para investir(...). (1996, p. 62)

De acordo com Keynes, o consumo (C) é baseado na renda disponível (Y_D), que é a renda nacional menos os impostos líquidos. Em uma abordagem preliminar, onde a influência de outras variáveis são deixadas de lado (*coeteris paribus*), Keynes destaca os fatores da função consumo ($C = a + bY_D$) que irão influenciar o nível de gastos: o primeiro termo (a), se refere ao consumo existente independente da renda; o segundo termo (bY_D) é referente ao consumo em função do aumento da renda disponível. Esse segundo termo é o que Keynes chama de propensão marginal a consumir, onde supõe que o consumo aumenta, porém, em proporções menores que a renda (FROYEN, 2001).

Nesse ponto, o combate as incertezas geradas no mercado, tanto em momento de crise, quanto em relação aos incentivos para investir, são fatores que irão determinar a demanda efetiva. Assim como alguns irão investir, outros mais cautelosos não irão. Com o consumo acontece o mesmo: nem todos irão consumir toda parcela da renda. Assim, as incertezas são inerentes as decisões de consumo e investimento, sujeitas a confiança em relação ao futuro. Em momentos de incerteza, geralmente em virtude de desequilíbrios econômicos, as decisões de gasto dos indivíduos entram em uma sequência de insegurança que acabam impactando em todo ciclo. Quando ocorre o contrário, menor incerteza, os agentes apresentam maior disposição para os gastos (KEYNES, 1996, p. 53-56; 87; 123-126).

2.3 PAPEL DAS POLÍTICAS DE ESTABILIZAÇÃO.

É importante ressaltar que ao tratarmos de assuntos relativos as intervenções do Estado na economia, tendo em vista que este foi o principal defensor de sua atuação para prevenir crises de demanda efetiva, estaremos nos referindo as políticas de cunho keynesiano. Apesar das especificidades de cada corrente de pensamento econômico, a opinião sobre a eficiência do Estado sempre é colocada de forma bem clara – apoiando ou discordando de sua atuação na economia.

Na busca pelo pleno emprego, as receitas keynesianas, contrapondo as ideias ortodoxas de que as políticas econômicas não causam efeitos nas variáveis reais, destacam que nem sempre os interesses individuais irão refletir os interesses coletivos, assim, cabe ao Estado ser o principal agente para retomar o ciclo de investimento, pois atende a todos de forma igual corrigindo as falhas do mercado (FROYEN, 2001). Dessa forma, o principal objetivo do Estado deve ser evitar os dois grandes males que assolam a economia: inflação e desemprego. Para atingir esse objetivo, a formulação de políticas econômicas deve atuar de forma coordenada entre as três instâncias (fiscal, monetária e cambial) de forma a manter um nível de demanda que reduza o desemprego involuntário através de boas expectativas empresariais. O resultado, é uma sociedade com eficiência econômica, justiça social e liberdade individual (TERRA; FILHO, 2014). Por isso, é fundamental que as políticas econômicas favoreçam tanto a oferta como a demanda, pois atuam conjuntamente na expectativa de produção e investimento (PAULA, 2006).

De acordo com a visão keynesiana, como o estado tem a capacidade de afetar as variáveis reais, a política fiscal incentiva o investimento através do gasto público, e a política monetária no primeiro momento impacta na liquidez do mercado para depois melhorar as expectativas dos agentes (TERRA; FILHO, 2014). O objetivos das políticas keynesianas é criar um ambiente que seja favorável aos investimentos, pois assim eleva a utilização da capacidade produtiva e assim mantem o nível de emprego (PAULA, 2006). Embora não trate especificamente de políticas estatais, as ideias keynesianas serviram de base para o aumento da participação do Estado na economia. A expansão do Estado keynesiano-desenvolvimentista ampliou as tarefas de Estado, prevalecendo a tese do Estado de Bem-Estar (*Welfare-State*) nos países desenvolvidos, com foco nos setores de saúde, educação e infraestrutura, e nos países em desenvolvimentos como o Brasil, o papel do Estado se destacou pela

participação nos setores produtivos com objetivo de obter acumulação de capital (OLIVEIRA, 2009, p. 41; GIAMBIAGE, 2016, p. 74-5).

De acordo com Musgrave e Musgrave (1980) o objetivo das políticas de estabilização é garantir o nível de emprego elevado e preços estáveis. Os meios que o Estado utiliza para fazer isso são as políticas fiscais e monetárias, assim, podem controlar diversas variáveis para estimular ou frear a oferta e demanda de acordo com o objetivo estudado (apud PEREIRA, 2011). De acordo com Pereira (2011) os mecanismos utilizados pelo Estado para atingir esses objetivos são definidos da seguinte forma:

- Política Fiscal - envolve a administração e a geração de receitas, além do cumprimento de metas e objetivos governamentais no orçamento, utilizado para a alocação, distribuição de recursos e estabilização da economia. É possível, com a política fiscal, aumentar a renda e o PIB e aquecer a economia, com uma melhor distribuição de renda.
- Política Monetária – envolve o controle da oferta de moeda, da taxa de juros e do crédito em geral, para efeito de estabilização da economia e influência na decisão de produtores e consumidores. Com a política monetária, pode-se controlar a inflação, preços, restringir a demanda etc.
- Política Regulatória - envolve o uso de medidas legais como decretos, leis, portarias etc., expedidos como alternativa para se alocar, distribuir os recursos e estabilizar a economia. Com o uso das normas, diversas condutas podem ser banidas, como a criação de monopólios, cartéis, práticas abusivas, poluição etc.

A base do incentivo ao consumo é a elevação de renda, podendo ser direta (aumento de salário) ou indireta (crédito). O Estado pode utilizar diversas medidas para promover essa expansão de renda. Antes de observar se houve efeito contraditório nas políticas utilizadas pelo governo brasileiro para prevenir a crise de 2008, iremos observar que medidas foram essas. Para isso, vamos observar os motivos que levam os governos a terem uma grande preocupação com as crises.

3 A CRISE DE 2008 E SUAS MANIFESTAÇÕES NO BRASIL.

3.1 SOBRE A CRISE MUNDIAL DE 2008.

As crises na economia sempre causam grande impacto na sociedade, desde o surgimento de novas escolas de pensamento econômico, até mudanças na postura do modo de direcionamento de políticas públicas. Um dos exemplos mais expressivos de mudança na dinâmica da gestão pública, ocorreu pós crise de 29 com as ideias de Keynes sobre os meios para sair de uma crise. Foi um marco na história econômica pois a partir das análises contidas nesse estudo, os governos de vários países passaram a observar a gestão pública com uma ótica mais participativa e não apenas espectadora.

No início dos estudos da economia como ciência no século XVIII, os autores não se preocuparam com o estudo das crises, o interesse maior era alicerçar as teorias que iriam embasar essa nascente ciência, tendo em vista o vigoroso momento que desfrutavam fruto da Revolução Industrial, que trouxe a produção para um novo patamar, favorecendo a burguesia (SCHILLING, 2015).

Um dos primeiros grandes pensadores que destacaram a seriedade das crises foi Karl Marx. Ao contrário do discurso de equilíbrio pelas forças do livre mercado que diziam seus antecessores, mediante o cenário de extrema pobreza surgido na Revolução Industrial, Marx defendeu que as crises não eram fatos isolados, mas sim, inerentes ao capitalismo, faziam parte da essência contraditória de acumulação no sistema capitalista (SCHILLING, 2015).

Assim como a intervenção do Estado na economia não é aceita com unanimidade entre os estudiosos, as causas da crise no sistema capitalista também são debatidas por diversas escolas de pensamento econômico. Cada corrente de pensamento atrela as causas da recessão aquilo que acreditam serem o ponto crucial: ortodoxos e monetaristas afirmam que a própria dinâmica do mercado manterá a economia em equilíbrio e que os períodos de instabilidades são oriundos da intervenção indevida do estado; já a teoria marxista afirma que as crises são sistêmicas, resultado das contradições internas do modo de produção capitalista, ou seja, não ocorrem de fatos isolados fora do sistema, são inerentes ao capitalismo.

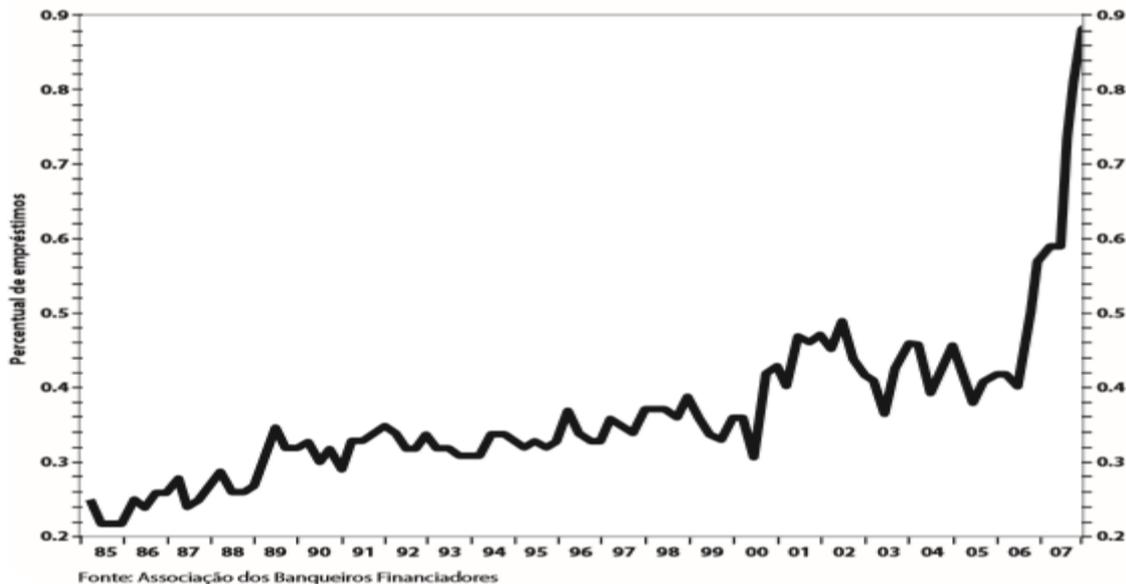
Partindo dessa perspectiva marxista, Harvey (2011) compara a economia capitalista como um corpo que funciona em virtude de um fluxo de sangue, no caso, fluxo de capital, de onde são geradas todas as riquezas da sociedade. É graças a esse fluxo que adquirimos todos os bens necessários a satisfazer nossos desejos. Os Estados, ao tributarem esse fluxo, conseguem aumentar seu poder, sua força militar e sua capacidade de garantir uma vida digna a seus cidadãos. “Se interrompemos, retardamos ou, pior, suspendemos o fluxo, deparamo-nos com uma crise do capitalismo em que o cotidiano não pode mais continuar no estilo a que estamos acostumados (HARVEY, 2011, p. 07)”. Em 2008 ocorreu uma interrupção desse fluxo no mercado americano, e no centro estava a montanha de títulos de hipoteca “tóxicos” detidos pelos bancos ou comercializados por investidores descuidados em todo o mundo. Todo mundo tinha agido como se os preços dos imóveis pudessem subir para sempre. (HARVEY, 2011, p.10).

A crise de 2008 é considerada por diversos autores como a maior crise da história do capitalismo desde a grande depressão de 1929. Bresser-Pereira (2009), um desses autores, afirma que é uma profunda crise de confiança dos investidores decorrente de uma rede de empréstimos imobiliários que foi estimulado pela introdução de novos instrumentos financeiros, o que fez expandir grandemente a oferta de crédito.

A quebra do banco Lehman Brothers em 15 de setembro de 2008 marca o momento em que uma crise local ganhou proporções globais, impactando na confiança dos investidores no mercado financeiro mundo afora, tendo características sistêmicas. Os títulos hipotecários, são empréstimos dos bancos comerciais feitos às pessoas físicas ou jurídicas tendo um imóvel como garantia - hipoteca. Essa dívida que foi contraída gera um título de dívida, ou seja, um título hipotecário. Os bancos detentores desses papéis, agrupam vários contratos e levam ao mercado para vender esses títulos a um preço que ganham um bônus e dê ao comprador a possibilidade de obter ganhos ao final do contrato. Na realidade, conforme aponta Afonso (2010), o objetivo de quem compra esses papéis no mercado não é obter ganhos no final do contrato, mas sim negociar para obter ganhos o mais rápido possível de acordo com a valorização. Em termos, a base desse empréstimo é o valor do imóvel, se esse valor cai por algum motivo, os títulos valem menos, e o valor dos papéis hipotecários também. Mas pouca gente no mundo acreditava que o valor dos imóveis americanos

iria cair. A figura 2 extraída dos escritos de Harvey (2011) mostra a evolução substancial do percentual de empréstimos tendo o imóvel como garantia:

Figura 2 - Financiamento com casas como garantia nos EUA de 1985 a 2007.



Dados: Associação dos Banqueiros Financiadores. Fonte: HARVEY, 2011, p. 12

Bresser-Pereira (2009) faz uma análise a respeito do ocorrido e aponta alguns fatos que a ele estão claros a respeito das causas da crise financeira de 2008.

Primeiro, sabemos que é uma crise bancária que ocorre no centro do capitalismo, não é uma crise de balanço de pagamentos – comuns entre os países em desenvolvimento que tentavam até os anos 1990 crescer com poupança externa, ou seja, com déficit em conta corrente e endividamento externo. (...)

Segundo, sabemos que a causa direta da crise foi a concessão de empréstimos hipotecários de forma irresponsável, para credores que não tinham capacidade de pagar ou que não a teriam a partir do momento em que a taxa de juros começasse a subir como de fato aconteceu. E sabemos também que esse fato não teria sido tão grave se os agentes financeiros não houvessem recorrido a irresponsáveis “inovações financeiras” para securitizar os títulos podres transformando-os em títulos AAA por obra e graça não do Espírito Santo, mas de agências de risco interessadas em agradar seus clientes(...)

Terceiro, sabemos que tudo isto pode ocorrer porque os sistemas financeiros nacionais foram sistematicamente desregulados desde que, em meados dos anos 1970, começou a se formar a onda ideológica neoliberal ou fundamentalista de mercado. Para ela os mercados são sempre eficientes, ou, pelo menos, mais eficientes do que qualquer intervenção corretiva do Estado, e, portanto, podem perfeitamente ser autorregulados (...)

Quarto, sabemos que esta ideologia ultraliberal era legitimada nos Estados Unidos pela teoria econômica neoclássica – uma escola de pensamento que foi dominante entre 1870 e 1930, que entrou em crise

e foi substituída pela teoria macroeconômica keynesiana, que se tornou dominante nas universidades até meados dos anos 1970, e voltou à condição dominante desde então por razões essencialmente ideológicas. Economistas como Milton Friedman, James Buchanan, Mancur Olson, Robert Lucas, Kydland e Prescott apontaram suas armas contra o Estado e se encarregaram de demonstrar matematicamente, “cientificamente”, com o auxílio dos pressupostos do *homo economicus*, das “expectativas racionais” e da “escolha racional” que o credo neoliberal era correto (2009, p. 133-34)

Todo título negociado no mercado financeiro, tem como base algum fator que gere valorização daquele papel, seja uma dívida ou patrimônio. Dessa forma, conforme os fatos descritos por Bresser-Pereira (2009) podemos entender que a crise imobiliária só alcançou a dimensão financeira em virtude das inovações financeiras que trouxeram papéis lastreados em títulos hipotecários. Estando no mercado financeiro livre das regulações do mercado comum, não existem barreiras, todos podem fazer parte desse mercado, inclusive instituições financeiras. Assim, conforme aconteça alterações no mercado imobiliário americano, toda uma cadeia de investidores será afetada. De acordo com Barría (2017), professor de Economia da Universidade de Princeton, nos Estados Unidos "As bolhas surgem especialmente em períodos de inovação. Podem ser inovações tecnológicas, como as ferrovias ou a internet, ou financeiras".

Em virtude da crise, os governos em todo mundo responderam rapidamente e tomaram diversas medidas anticíclicas para de imediato reduzirem os efeitos da crise e depois sair dela. Isso nos leva ao debate do uso de políticas keynesianas, onde a intervenção estatal é necessária para reverter o ciclo de queda da atividade econômica e desemprego. Os efeitos foram sentidos de forma mais grave nos países desenvolvidos, enquanto os países em desenvolvimento tiveram um bom desempenho na sua recuperação (AFONSO, 2010). De qualquer forma, os governos de todos os países, ao enxergarem a dimensão do que havia ocorrido, buscaram tomar medidas que garantam a liquidez dos mercados (BRESSER-PEREIRA, 2009)

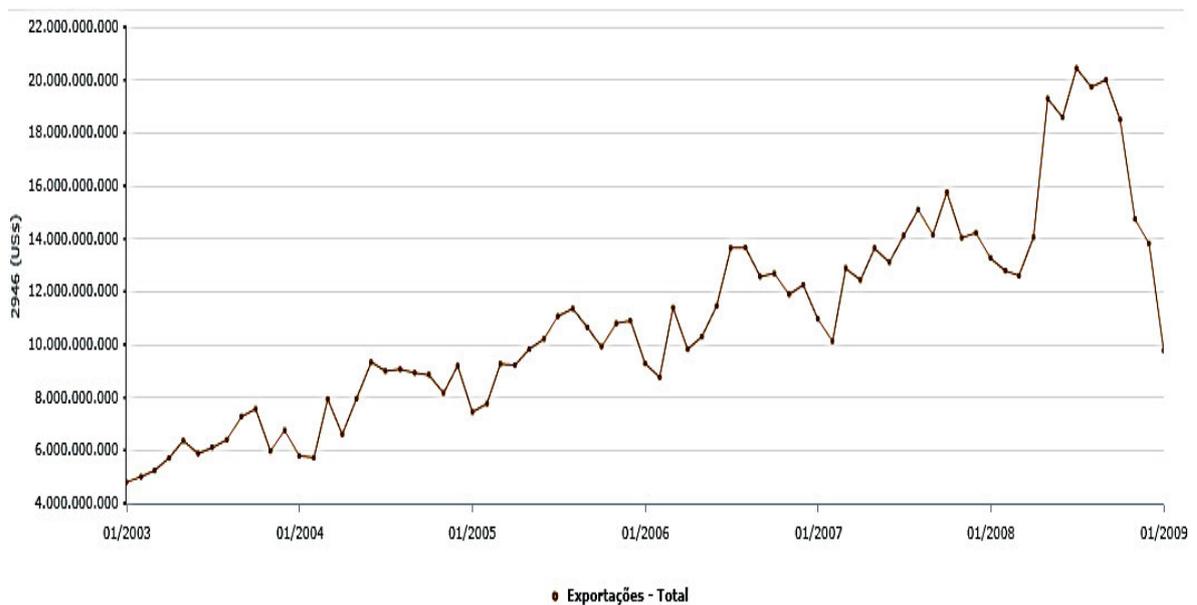
A crise desencadeia uma série de consequências onde as variáveis de modo geral são impactadas pelas expectativas dos agente econômicos ou políticas anticíclicas implantadas pelos governos. No universo da Economia como ciência, é importante destacar que diversos fatores podem impactar nas variáveis estudadas. A exportação, por exemplo, pode ser afetada pelo câmbio, taxa de juros, sazonalidade, preço das *commodities*, entre outros fatores. As exportações são importantes para

qualquer país pois atraem renda e fazem aumentar o ciclo de produção, favorecendo todo ciclo econômico. Como a crise de 2008 alcançou proporções globais, logo, todo mercado ao redor do mundo é atingido de alguma forma.

3.2 MANIFESTAÇÕES DA CRISE NO BRASIL A PARTIR DE 2008.

No Brasil, um dos efeitos da crise se manifestaram no saldo negativo nas transações correntes, puxado principalmente pela queda nas exportações, tendo em vista o ótimo cenário que o Brasil vinha desfrutando desde 2003 no comércio exterior com a subida no preço das *commodities* (MARTINS; FERRAZ, 2011). No gráfico 5 tem um exemplo do impacto da crise nas exportações no Brasil.

Gráfico 2 – Exportação Total no Brasil de 2003 a 2009.



Fonte: Banco Central do Brasil. Elaboração: Própria.

Apesar das exportações mostrarem os primeiros sinais negativos da crise, os impactos começam a se tornar mais significativos quando observamos uma retração no PIB, pois assim é possível notar que houve uma diminuição nos investimentos e no arranjo dos estoques, logo, uma diminuição nas expectativas dos agentes (MARTINS; FERRAZ, 2011).

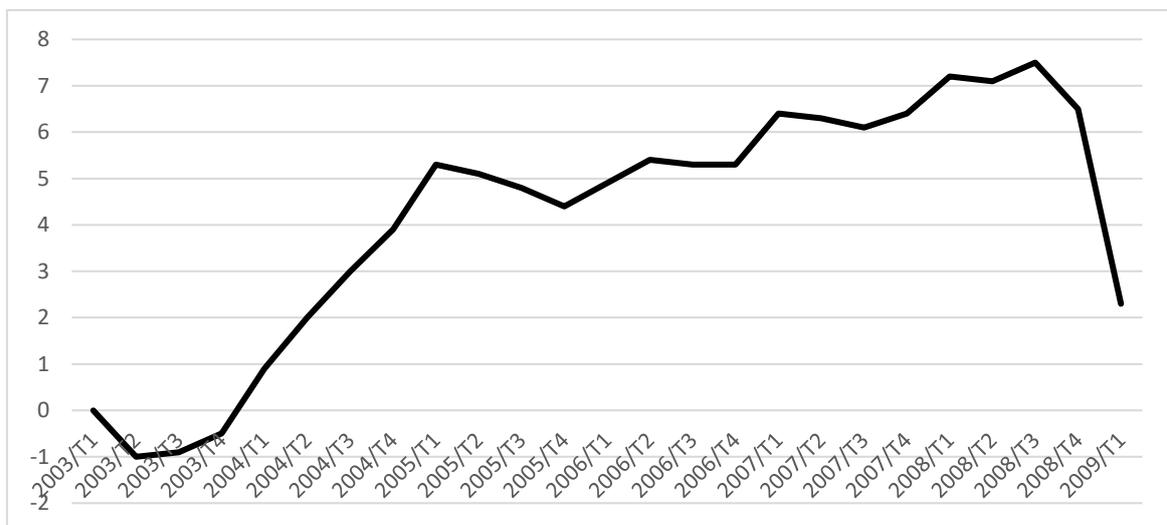
Gráfico 3 – Evolução do PIB no Brasil de 2003 a 2009.



Fonte: IBGE. Elaboração: Própria

Em relação ao consumo das famílias, podemos notar o grande impacto que a crise teve sobre este e porque a urgência do estado em retomar seu nível:

Gráfico 4 – Despesa de Consumo das Famílias Brasileiras de 2003 a 2009 - Variação em volume da taxa acumulada ao longo do ano.



Fonte: IBGE – Séries históricas e estatísticas. Elaboração: própria.

O consumo no Brasil, caiu drasticamente chegando a patamares do início do ano 2004. Assim, para que a população pudesse recuperar seu poder de comprar, o governo investiu em políticas que trouxessem de volta o poder de consumo das famílias ao ciclo de alta anterior à crise (MARTINS; FERRAZ, 2011).

Partindo de uma perspectiva de cunho pós-keynesiano, seguindo a linha do ocorrido no mercado financeiro americano em 2008, o governo brasileiro incentivou o consumo a partir da ampliação do crédito através dos bancos públicos e redução de alguns impostos. Todavia, essas políticas apresentaram contradições. Esse é o assunto tratado no capítulo seguinte.

4 MEDIDAS DE INCENTIVO AO CONSUMO PARA COMBATER OS EFEITOS DA CRISE DE 2008 NO BRASIL E SUAS CONTRADIÇÕES.

4.1 IMPORTÂNCIA DO CONSUMO NO COMBATE AS CRISES.

A preocupação das crises está ligada ao fato de que, em virtude das expectativas negativas dos agentes econômicos em relação ao futuro da economia, ocasionados por motivos diversos, conduzem a um cenário de grande decadência na sociedade, algumas nem conseguindo retomar seu fluxo normal nos anos seguintes. De acordo com Diniz e Guimarães (2011), analisando a história, é possível perceber uma sequência de fatos em cadeia nos momentos de recessão:

Analisando a história pode-se perceber que nos momentos de recessão existe uma queda no consumo, e esse consumo reduzido é o eixo da crise, pois, a indústria reduz o nível de produção o que faz com que não haja lucro, e logo, demissões. Isso ocorre em cadeia gerando mais miséria e exclusão social (p. 01)

Em uma análise sobre os eventos e consequências da “Grande Depressão” (1873-1895), Michel Beaud também descreve que em todos os países afetados pela crise houve uma queda nos preços e redução na produção, o que levou a um aumento no desemprego e redução de salários, causando uma baixa no consumo operário, fato que contribui significativamente para expandir a crise (1996, p. 199).

Assim, durante a recessão econômica, é importante manter o consumo elevado, pois assim a crise será superada mais rapidamente (DINIZ; GUIMARÃES, 2011). Um exemplo disso, que será visto no capítulo posterior, foi postura do governo brasileiro em incentivar o consumo através da redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e facilitação ao crédito, como forma de evitar e superar a crise de 2008.

De acordo com Arruda (1996), o sistema capitalista é composto por quatro fases bem distintas: Pré-capitalismo, final da Idade Média e surgimento da produção artesanal; Capitalismo Comercial, expansão da produção e do comércio; Capitalismo industrial, em resumo marcado pela Revolução Industrial; e o Capitalismo financeiro: fase mais recente onde os bancos controlam o capital, logo a produção. Para Hunt (1981), uma característica que marca o capitalismo, é o desejo por um consumo mais elevado. Afirma que as mutações do capitalismo só ocorreram porque na outra extremidade do ciclo de produção estava a população sempre consumindo ou

aumentando seu padrão de consumo. Ou seja, é necessário que haja consumo e até se aumente para manter a produção e conseqüentemente o nível de emprego.

Partindo desse pressuposto, Diniz e Guimarães (2011) afirmam que a ideia de que o consumo é importante para manter a felicidade humana não é correto. Ele é importante para reduzir as crises no capitalismo, acostumando o homem a consumir para que tenha felicidade. Assim, afirmam que todas as crises capitalistas estão ligadas direta ou indiretamente com o consumo. O consumo é o indicador da saúde do capitalismo.

O consumo tem um papel importante na economia pois é através dele que toda produção é escoada, sendo imediato, para quem consome com o intuito de satisfazer suas necessidades, ou posterior, para quem deseja adquirir outros produtos que exigem um acúmulo financeiro. Fatores como nível de renda, patrimônio, expectativa de preços e salários, acesso ao crédito, alteram a propensão marginal a consumir das famílias (MOREIRA, 2011).

A noção de consumo possui uma variedade de significados de acordo com o enquadramento teórico escolhido. Na visão econômica, é um ato de adquirir bens e serviços para satisfazer as necessidades humanas. É assim, “todas as atividades que envolve a seleção, compra, uso, manutenção, reparação e destruição de um produto ou serviço (CAMPBELL, 1995, p. 102 apud Moreira, 2011, p. 93). Consumir é a decisão de gastar dinheiro ao invés de guardá-lo para consumo futuro, seja por decisão planejada ou sem uma especificação definida. A teoria do consumo se baseia na *trade-off* entre consumir no presente ou no futuro (DEATON, 2011).

Na visão neoclássica, o consumo é tratado como escolha consciente do indivíduo em maximizar sua utilidade e satisfação, uma vez que possui a sua disposição informações que levaram a optar pela cesta de produtos que trouxer maior benefício. Baseado no princípio da escassez, o objetivo é utilizar os recursos limitados de forma a satisfazer a maior quantidade possível de necessidades (SANTOS, 2015; MOREIRA, 2011).

Na sociedade contemporânea, o padrão de consumo presente demonstra um perfil de consumo em que os indivíduos gastam de forma excessiva. É através desse ato que indivíduos estabelecem diferentes status sociais em virtude da posse de determinado bem. Dessa forma, o consumo contribui para melhora na qualidade de vida expressa pelo desenvolvimento local ou, de outro ângulo, agrava as desigualdades sociais (TEODÓSIO; VIEGAS; DIAS, 2010). De acordo com Silva

(2009), o consumo hoje, está relacionado a fatores que vão além da necessidade real de subsistência do indivíduo, principalmente pela imagem de realização pessoal que as mídias trouxeram através da aquisição de determinados produtos e serviços (apud BRUM & HILLIG, 2010, p. 117).

O ato de consumir deixou de ser apenas algo de satisfação das necessidades do indivíduo e se tornou algo mais complexo, uma vez que as motivações para comprar, influenciadas pelo bombardeio midiático de que só o consumo de determinado bem trará felicidade, são a forma de demonstrar a qual grupo social se está inserido (BRUM & HILLIG, 2010; MOREIRA, 2011).

4.2 MEDIDAS DE INCENTIVO AO CONSUMO PARA COMBATER A CRISE.

Após um período de fraco desempenho em 2009, as medidas que o governo implantou tiveram excelentes resultados, principalmente pelas medidas que incentivaram o consumo através do crédito. Porém, no ano seguinte, teve que frear o ritmo do mercado, aumentando juros e diminuindo crédito, por causa dos riscos de alta inflação. O ano de 2011 começou com PIB elevado, entretanto, ainda sendo reflexo do bom desempenho do ano anterior. Porém, em virtude da crise europeia, o PIB recuou no último trimestre, fazendo o governo novamente retomar o incentivo ao consumo (IPEA, 2011)

De ante o cenário de crise, o setor privado acompanha a tendência de diminuição no ritmo da economia, sendo assim, cabe a autoridade central o papel de escolher as variáveis que serão alvos de políticas econômicas que garantam o nível de emprego e renda necessários para amenizar ou anular os efeitos de uma crise o mais breve possível (KEYNES, 1996[1936], p.239). Conforme exposto por PAULA e IRES (2017), o governo em questão, frente ao cenário de crise, respondeu de diversas formas:

Na ocasião, o governo Lula respondeu com uma grande variedade de instrumentos, incluindo: medidas de reforço à liquidez do setor bancário; linha temporária de crédito para as exportações; intervenções do Banco Central do Brasil (BCB) no mercado cambial; estímulo à expansão do crédito por parte dos bancos públicos; redução do IPI para automóveis, eletrodomésticos e produtos de construção; aumento do período de concessão do seguro-desemprego; e criação de um programa de construção de moradia popular ("Minha Casa, Minha Vida").

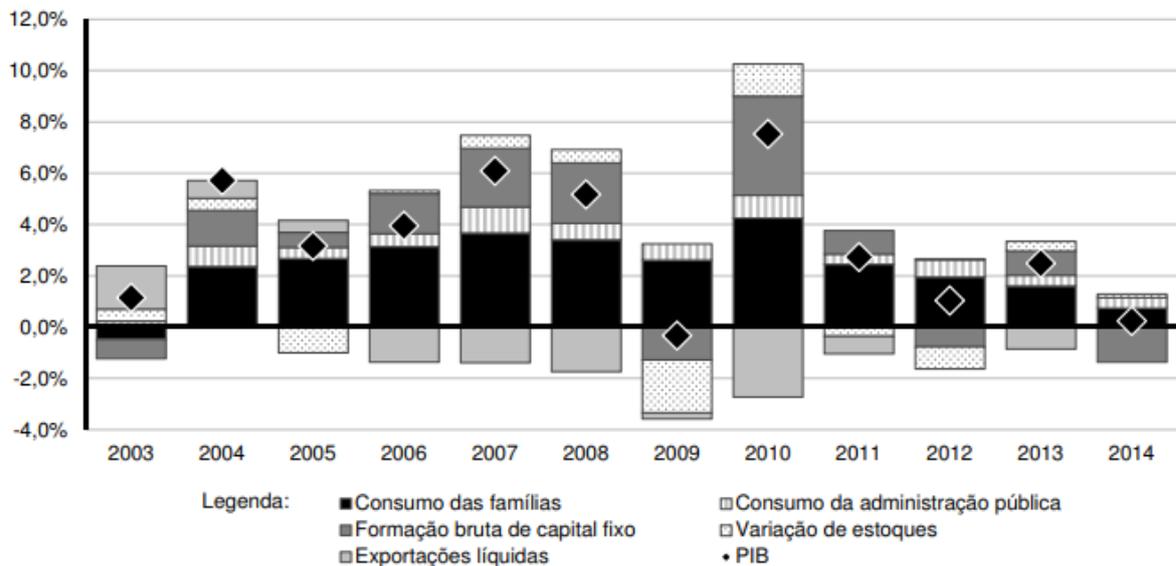
O incentivo ao consumo, é uma intervenção econômica do governo brasileiro que vem sendo usada recorrente em meio as turbulências internacionais. Através do Banco Central (BC) o governo tomou medidas que buscam manter o ritmo da economia para que não sofra com os impactos da crise econômica. Medidas como isenções fiscais e barateamento do crédito, foram anunciadas pelo Ministério da Fazenda para estimular o consumo e assim manter o mercado estável, garantindo a manutenção do emprego e do investimento (NICÁCIO, 2011).

Para que isso acontecesse, o BC reduziu os depósitos compulsórios⁴ aos bancos, as taxas de juros e os impostos em algumas linhas da indústria de bens duráveis. Quando o Banco Central reduz a taxa de juros, isso quer dizer que haverá mais dinheiro na economia, o que estimula a população ao consumo por conta de haver mais dinheiro em circulação (IPEA, 2011).

Na figura 3 podemos observar a importância do consumo das famílias para o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), sendo o principal componente a contribuir para o resultado agregado. Desde 2004, o consumo das famílias passa a ser positivo em virtude do aumento da renda real, conjugado à ampliação do emprego, permitindo a expansão no consumo. Essa expansão, ganhou o reforço da ampliação crédito na construção de uma política expansionista (PAIM, 2015)

Figura 3 – Contribuição dos componentes da demanda para o crescimento do Produto Interno Bruto no Brasil de 2003 a 2014.

⁴ Os recolhimentos compulsórios constituem-se em um instrumento à disposição do Banco Central para influenciar a quantidade de moeda na economia. Eles representam uma parcela dos depósitos captados pelos bancos que devem ser mantidos compulsoriamente “esterilizados” no Banco Central. A alíquota dos recolhimentos compulsórios é um dos determinantes do multiplicador monetário, ou seja, do quociente da oferta de moeda em relação à base monetária. Por exemplo, diminuições na alíquota farão com que os bancos possam emprestar maior parcela das suas reservas e, portanto, aumentarão a quantidade total de moeda para uma dada quantidade de base monetária. (Banco Central)



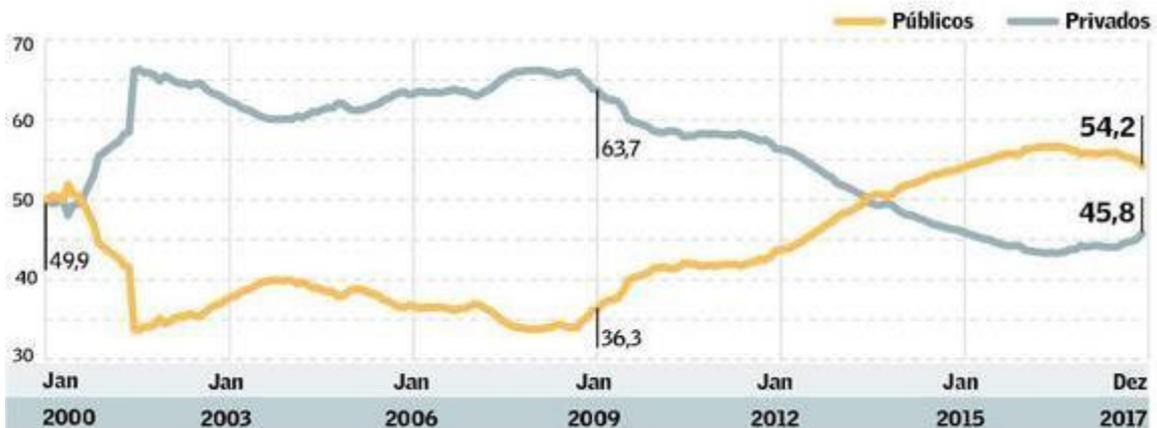
Dados: IBGE (2015). Fonte: PAIM, 2015, p. 12.

No Brasil, em virtude da diminuição do crédito pelos bancos privados ocasionado pelas incertezas do mercado mundial após 2008, umas das estratégias de atuação anticíclica foi a expansão do crédito através de bancos públicos como Caixa Econômica Federal (CEF), Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES) e Banco do Brasil (BB). A escolha dessas instituições representa as estratégias governamentais através de suas funções básicas: CEF no crédito habitacional, BNDES no financiamento de longo prazo e o BB no financiamento rural e pessoal (consignado) (Ipea, 2011). Conforme destacam Oliveira e Wolf (2016), os bancos públicos são uma ferramenta poderosa para atuação do estado na economia, pois a existência de instituições sólidas que tenham relevância no mercado é fundamental para manter a estabilidade do sistema financeiro nacional e atuar de forma a evitar possíveis reduções no nível de emprego e renda.

A ação do Estado através dos banco públicos incentivando o consumo através da liberação do crédito, logrou êxito na recuperação da economia, fazendo do Brasil um dos países menos afetados inicialmente pela crise. Atuando de forma anticíclica em momentos onde a economia se apresenta insuficiente, os bancos públicos ampliaram sua participação no mercado de crédito aumentando principalmente a massa de crédito livre e direcionado⁵ (MATTEI; MAGALHÃES, 2011). A figura 4 deixa bem claro a nova configuração de oferta de crédito em virtude do incentivo público.

⁵ “Os empréstimos com recursos livres são aqueles cujas taxas são definidas livremente entre os bancos e os tomadores em cada operação. Incluem, por exemplo, cheque especial, empréstimo consignado, cartão de crédito, financiamento de veículos e outros. O crédito direcionado é composto

Figura 4 – Participação das instituições públicas e privadas em relação ao total de crédito no Brasil de 2000 a 2017 (%).



Dados: BC. Fonte: VALOR, 2018

Um maior volume de gastos só é possível com uma quantidade maior de recursos para financiá-los, podendo ser financiado por recursos próprios (autofinanciamento), baseado na renda dos agentes ou no lucro das empresas, ou por terceiros, quando obtém recursos do sistema financeiro nas economias capitalistas modernas mediante pagamento de recompensa. Assim, o volume de gasto irá superar sua renda atual uma vez que os agente possuírem expectativas na possibilidade de obter esses recursos (KEYNES, 1996; MARTINS; FERRAZ, 2011, p. 272). Assim, o crédito teve aumento na sua procura, pois proporcionou ao indivíduo adquirir bens e serviços pertencentes a uma classe superior (MOREIRA, 2011)

Uma das formas mais acessíveis de obter financiamento de terceiros, tanto para famílias como para empresas é o crédito bancários (MARTINS, 2009 apud MARTINS; FERRAZ, 2011, p. 272). Segundo Keynes (1996), a criação do crédito bancário influencia na distribuição do rendimento real entre os agentes pois eleva o produção e assim aumenta o valor da produção marginal, aumentando o salário monetário.

“O crédito constitui elemento fundamental em uma economia capitalista, vale dizer, de endividamento, ao viabilizar a efetivação das decisões de consumo e de investimento” (OLIVEIRA; WOLF, 2016, p. 7). É um instrumento utilizado para

por operações cujos juros ou cuja fonte de recursos são definidos pelo governo, como o financiamento habitacional, o crédito rural e os empréstimos do BNDES (CAMPOS; SIMÃO, 2015)”

promover expansão econômica pois permite antecipar compras aumentando assim a atividade do mercado. O acesso aos empréstimos promovem uma melhora na qualidade de vida dos consumidores pois aumenta seu nível de bem-estar podendo antecipar o consumo de algo que lhe traga uma maior satisfação, seja aquisição de um bem que não possui ou outro de melhor qualidade, e que, em virtude da sua restrição orçamentária, não teria condições de consumir no presente. Porém, o nível de comprometimento da renda pode levar a um ponto que não consiga cumprir seus compromissos e se tornar endividado (LOPES, 2012).

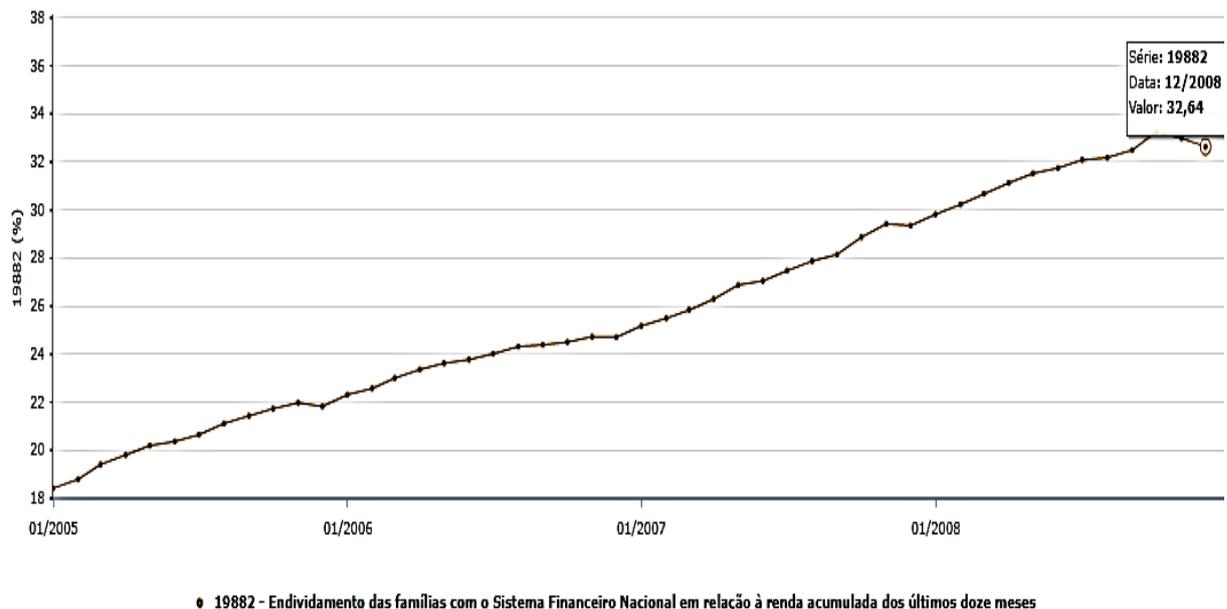
A demanda por crédito tem uma forte relação com as decisões de consumo. Assim, as expectativas e incertezas em relação a renda futura irão influenciar e condicionar as decisões de consumo, onde, em períodos de menor insegurança na economia, o consumo tende a elevar, no contrário, em momentos de instabilidade, tende a diminuir (KEYNES, 1996). Se essas decisões são tomadas de forma errada, os rendimentos futuros e o bem-estar das famílias são comprometidos por um longo período e as famílias se tornam endividadas.

De acordo com Ferreira (2006), a origem do verbo endividar significa contrair dívidas. Pode-se dizer que é a utilização de recursos de terceiros para satisfazer a necessidade de consumo, excedendo a renda orçamentária. Quando se fala em endividamento familiar, é importante notar que este é oriundo de obrigações adquiridas do consumo. Se um indivíduo ou família consumir somente aquilo que a sua renda é capaz de lhe proporcionar, não ocorre em dívida. Segundo Mankiw, “As pessoas consomem menos que desejam porque suas despesas estão restringidas, ou seja, estão limitadas por sua renda.” (2015, p. 416).

De acordo com Oliveira e Jesus (2015), a simples existência do crédito bancário como instrumento financeiro cria nos indivíduos expectativas, hábitos e emoções que conduzem a comportamentos e resultados inesperados. A decisão do uso do crédito está ligada a informação mais acessível, no caso, os indivíduos irão considerar apenas aquilo que podem observar que é o benefício imediato da aquisição daquele produto ou serviço, os custos de tal decisão não estão dispostos de forma clara. Um exemplo, é a decisão de compra baseado no valor da parcela, uma variável de fácil medida em relação a renda. (OLIVEIRA; JESUS, 2015; SANTOS, 2015).

As melhores condições de crédito, impulsionaram a demanda interna e fez com que o ciclo de baixa na economia brasileira fosse breve. É importante destacar que todo esforço do governo em reverter o ciclo de queda foi favorecido por uma combinação de fatores, resultado das ações tomadas anteriormente a 2008 que lhe deram maior autonomia na elaboração de políticas públicas, somado ao fluxo maior de capitais estrangeiros oriundos da diferença da taxa de juros interna e externa. Um outro ponto que fez com que fosse dado estímulo ao consumo foi o baixo grau de endividamento das famílias que era de 33,24% em 2008 em relação a renda acumulada nos últimos 12 meses (Figura 5) (FILHO; PAULA, 2017).

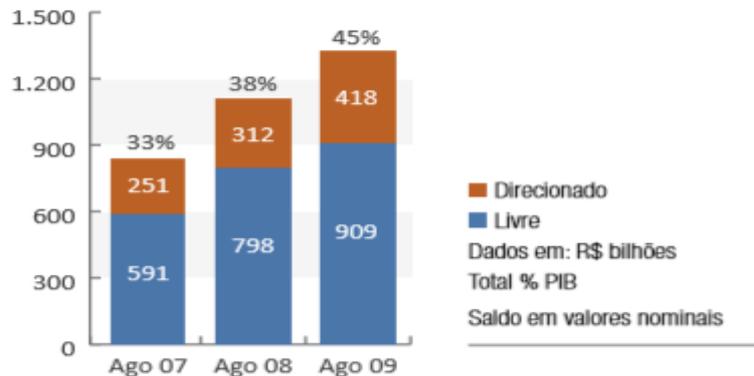
Figura 5 – Endividamento das famílias brasileiras com o Sistema Financeiro Nacional em relação à renda acumulada dos últimos doze meses de 2005 a 2008.



Fonte: BCB. Elaboração: SGS

A expansão do crédito livre destinado às pessoas físicas, como cheque especial, crédito consignado e pessoal, cartão de crédito, capital de giro e aquisição de bens, tiveram grande destaque nesse período. Em especial, às operações de crédito consignado e microcrédito que favoreceram a diminuição dos spreads bancários. (MARTINS; FERRAZ, 2011). Na figura 6 observamos o aumento significativo da participação do crédito livre em relação a composição do crédito no Brasil, mostrando o resultado do incentivo ao governo.

Figura 6 – Evolução da Composição do Crédito no Brasil de 2001 a 2009.



Dados: BCB. Elaboração: Ministério da Fazenda. Fonte: MANTEGA, 2009, p. 27.

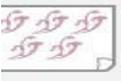
Além das políticas de expansão do crédito, implantadas de caráter emergencial em virtude da crise de 2008, a partir de 2009 o governo promoveu mais pacotes de estímulo à produção e ao consumo. Dentre elas estão a redução do Imposto sobre Produto Industrializado para linha branca, automóveis e construção civil, além da criação do programa Minha Casa, Minha Vida que incentiva a habitação popular (PAULA; PIRES, 2017)

Dentre as medidas anunciada pelo então Ministro da Fazenda Guido Mantega no final de 2011, em resposta ao recente cenário, está a redução do Imposto sobre Produto Industrializado (IPI) sobre os produtos da linha branca por um período determinado. “No caso dos fogões, a alíquota de 4% foi zerada e para as geladeiras, o imposto passou de 15% para 5%. Máquinas de lavar roupa também tiveram 10% de isenção”. Ressaltou ainda que poderia ser alcançado nesse pacote de medidas outros conglomerados de produtos (o que acabou acontecendo) (TAVARES, 2011).

A diminuição do IPI para linha branca, móveis, laminados, papel de parede e luminárias foi prorrogada por mais três meses. Anunciando que este pacote de incentivo ao consumo estava prestes a acabar, o Ministro alertou a população que “aproveite porque está terminando...É bom o pessoal ir às compras”. Além disso, também reduziu as alíquotas de PIS/COFINS para pães e massas (ALVARENGA, 2012). Na figura 7, seguem as reduções que cada linha obteve.

Figura 7 - Medidas anunciadas pelo Ministério da Fazenda para estimular o consumo no Brasil em 2011.

Medidas anunciadas pela Fazenda para estimular consumo
Redução da alíquota de IPI

| | | Quanto era até março | | Quanto ficou até setembro |
|---|----------------------|-------------------------|---|---------------------------|
|  | Móveis | 5% | → | 0 |
|  | Laminados | 15% | → | 0 |
|  | Papel de parede | 20% | → | 10% |
|  | Luminárias e lustres | 15% | → | 5% |
| | | Quanto era até junho | | Quanto ficou até setembro |
|  | Painéis de madeira | 5% | → | 0 |
| | | Quanto era até dezembro | | Quanto ficou até agosto |
|  | Fogão | 4% | → | 0 |
|  | Máquina de lavar | 20% | → | 10% |
|  | Geladeira | 15% | → | 5% |
|  | Tanquinho | 10% | → | 0 |
| Desoneração de PIS/Cofins | | | | |
|  | Pão | alíquota 0 até dez/11 | → | alíquota 0 até dez/12 |
|  | Massas | 9,25% | → | 0 até dez/12 |

 .com.br

Dados: Ministério da Fazenda. Fonte: PALIS, 2012.

4.3 EFEITOS CONTRADITÓRIOS DAS POLÍTICAS PARA PREVENIR A RECESSÃO ECONÔMICA.

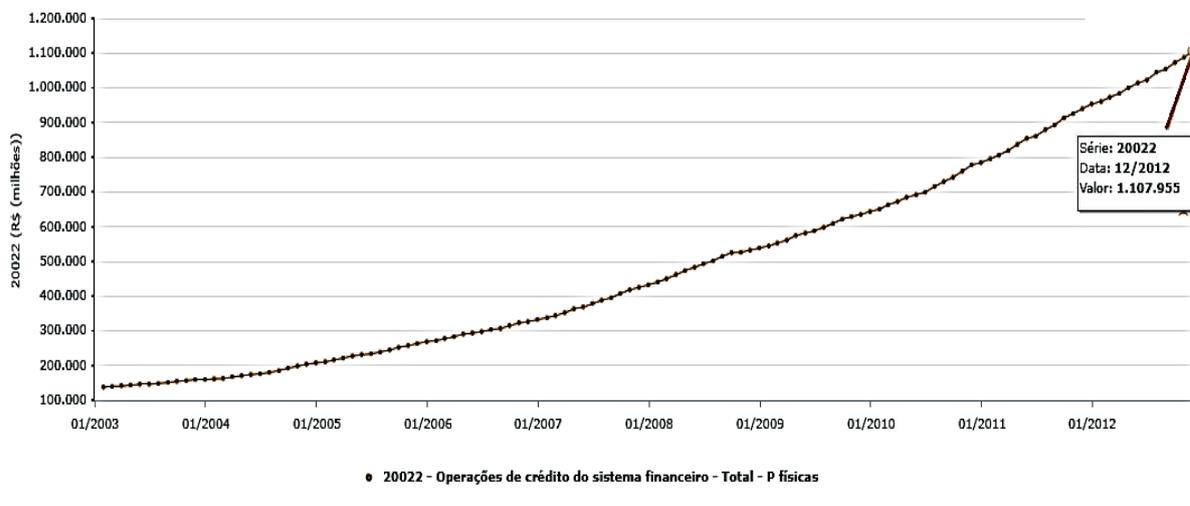
Tendo em vista que níveis exagerados de endividamento podem levar à inadimplência e ter consequências graves na atividade econômica, os governos

devem ficar atentos ao nível que é aceitável na economia. De acordo com a Pesquisa Nacional de Inadimplência do Consumidor, realizada pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) em 2012, o percentual das famílias com dívidas chegou a 57,6% em maio de 2013 e seguiu em ritmo elevado após 2016.

A escolha do governo brasileiro pelo incentivo ao consumo como ferramenta para driblar os efeitos da crise financeira internacional de 2008 trouxe consequências além do aumento na demanda. Ao possibilitar as famílias adquirir novos produtos pelo fácil acesso ao crédito, muitas famílias acabaram contraindo dívidas além da sua capacidade financeira e além de suas necessidades básicas. Uma das consequências mais expressivas do incentivo ao consumo, é a chance de endividamento, possivelmente causado pela facilidade de acesso ao crédito. Isso de certa forma contradiz a teoria da racionalidade dos indivíduos de que eles utilizam todas as ferramentas do sistema para tomar as melhores decisões, maximizando a utilidade da sua renda (PAULA; PIRES, 2017).

Segundo Flores (2011), um fator que vem contribuindo com o crescimento do endividamento das famílias brasileiras, é a facilidade e o aumento da concessão de crédito estimulado pelo governo. Em uma clara evolução, resultado das políticas de estímulo ao crédito, o volume no Sistema Financeiro Nacional foi impulsionado pelo comportamento da carteira de pessoa física que passou de R\$ 138,337 bilhões em janeiro de 2003 para R\$1,1 trilhão em dezembro de 2012, um aumento de 124,85%.

Gráfico 5 – Total de operações de crédito das pessoas físicas do sistema financeiro no Brasil de 2003 a 2012.

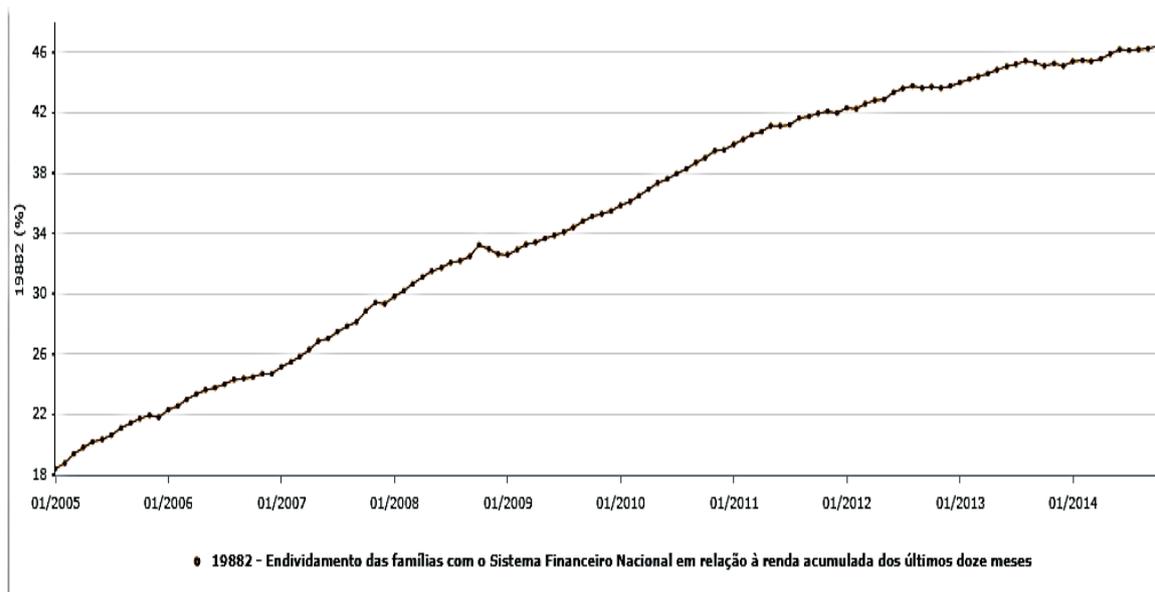


Fonte: BCB – SGS. Elaboração: Própria

A partir de 2008, com os estímulos do governo, é possível observar o aumento no crédito à pessoa física. O maior acesso ao crédito vem contribuindo para que os cidadãos brasileiros contraiam dívidas cada vez maiores para sustentar o consumo (SOUZA, 2013). A teoria do ciclo da vida demonstra que a renda, a riqueza e a expectativa de rendimentos futuros determinam o padrão de consumo que o indivíduo buscará ao longo de sua vida. Por esse ponto de vista, o endividamento é racional, uma vez que o indivíduo irá arcar com as despesas do empréstimo baseado na expectativa de manutenção e crescimento profissional. O indivíduo, prevendo aumento no sua renda, normalmente irá aumentar seu consumo no presente (MOREIRA, 2011).

Em resposta a todo incentivo, o comprometimento renda com o serviço da dívidas saiu de 30% em fevereiro de 2008 para 46% em junho de 2014 evidenciando a continuidade dos gastos (PAULA; PIRES, 2017, p.135).

Gráfico 6 – Total de comprometimento da renda das famílias brasileiras com o Sistema Financeiro Nacional em relação ao acumulado dos últimos doze meses de 2005 a 2014.

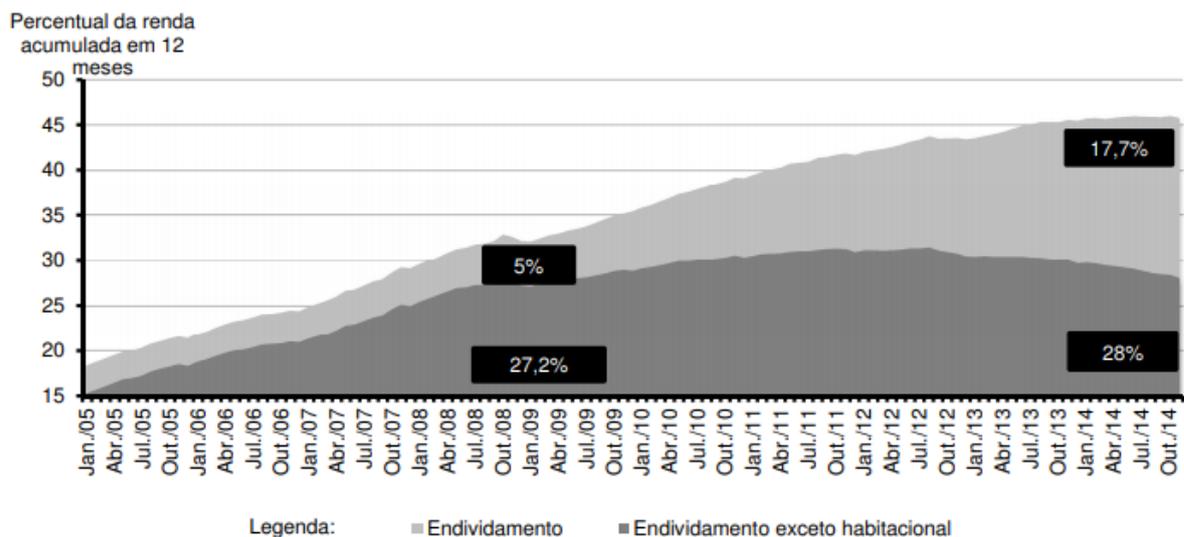


Fonte: BCB. Elaboração: Própria

Um das medidas do governo que trouxeram grande impacto na manutenção do endividamento das famílias foi o incentivo ao crédito habitacional. Após a crise de 2008, houve uma aceleração dessa modalidade de crédito, que alcançou o montante de 17,7% da renda em 2014. Desde 2011, há um arrefecimento no crédito pessoal e

para aquisição de outros bens móveis, que passou a se reduzir em setembro de 2012. Em 2005, o endividamento das famílias, excluindo-se o segmento habitacional, representava 15% da renda acumulada em 12 meses. Em 2014, essa relação chegou a 28,1%. No entanto, percebe-se que, a partir de 2009, há uma desaceleração profunda no crescimento da parcela não habitacional. Assim, ressalta-se que a manutenção do crescimento desde 2009 se deve ao crédito habitacional, enquanto a parcela não habitacional vem diminuindo em relação à renda. No total, o endividamento das famílias, que correspondia a 18% da renda acumulada em 12 meses, alcançou o montante de 45,8% em 2014. (PAIM, 2015)

Gráfico 7 – Endividamentos das famílias brasileira em relação a renda acumulada nos últimos 12 meses de 2005 a 2014.

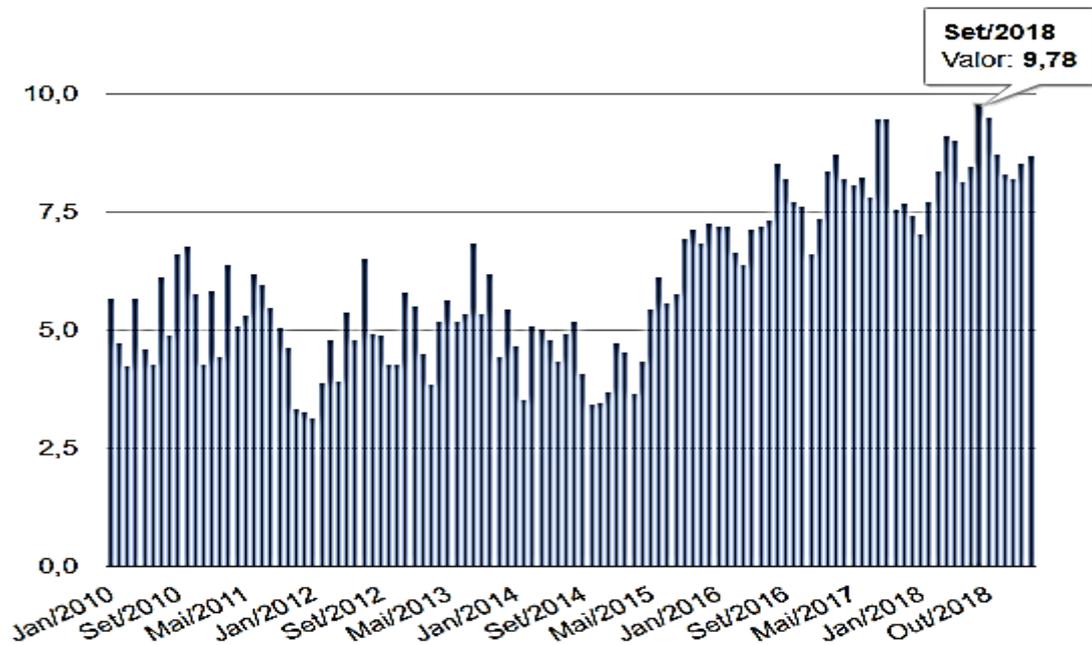


Fonte: BCB. Elaboração: Própria.

Caso o devedor se encontre em uma situação onde se vê impossibilitado de pagar um conjunto de dívida, está em sobre-endividamento. Isso pode ser ocasionada de forma ativa, quando a pessoa assume a responsabilidade consciente da aquisição de dívidas, ou de forma passiva, quando acontece algum imprevisto como o desemprego, precarização do emprego, doença ou morte de um familiar, acidente, entre outros (MOREIRA, 2011). Além do sobre-endividamento existe a situação de inadimplência, momento em que o indivíduo não consegue saldar um contrato. Isso ocorre devido aos choques que sua renda sofre de maneira passiva ou ativa, determinando suas restrições orçamentárias. Observamos que há uma tendência de

crescimento ao longo dos anos. Fatores como aumento no desemprego, nível de endividamento e taxa de juros favorecem para que este cenário se torne recorrente.

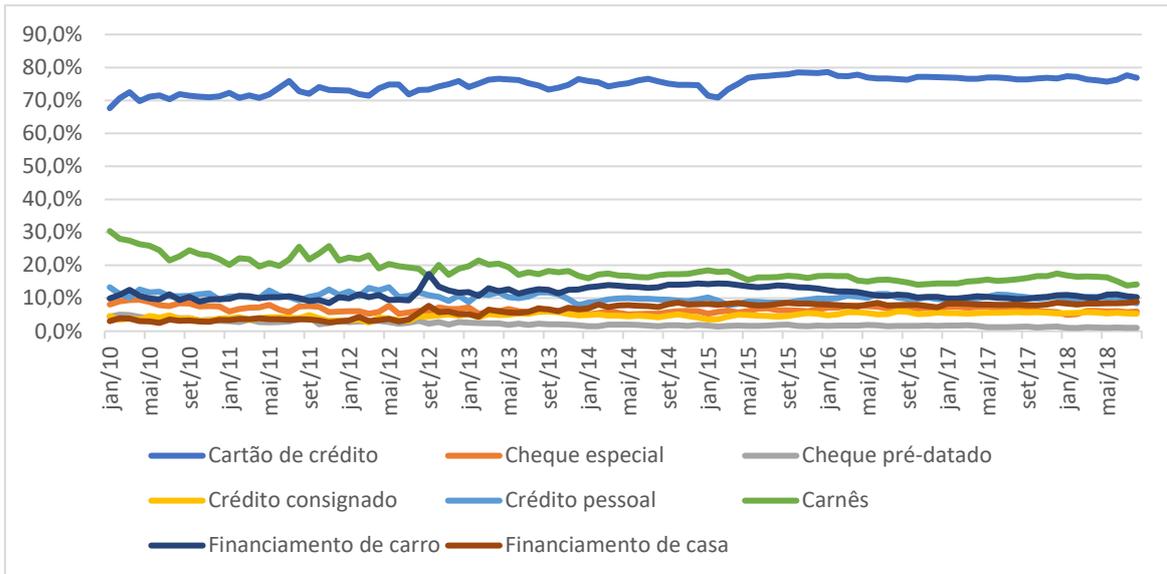
Figura 8 – Total de famílias brasileiras que não tiveram condições de pagar suas dívidas de 2010 a 2018.



Fonte: PEIC. Elaboração: FECOMÉRCIO,

As famílias relataram que dívidas com cartão de crédito, cheque pré-datado, carnê de loja, empréstimo pessoal, prestação de carros e seguro têm comprometido a renda. O gráfico abaixo, extraído da Pesquisa Nacional de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic), mostra o percentual dos tipos de dívidas que as famílias brasileiras estão comprometidas (SOUZA, 2013)

Figura 9 – Tipo de dívida em relação ao total de famílias brasileiras de 2010 a 2018.



Fonte: PEIC. Elaboração: Própria.

Conforme alertado pela equipe de educação do site InfoMoney, o alto nível a inadimplência preocupa tanto economistas como comerciantes, porque aumenta o risco de que partes das vendas não sejam recebidas. Isso pode gerar na economia um efeito dominó, uma vez que o comerciante não terá capital para repor os estoques, prejudicando outros segmentos na economia tendo em vista a diminuição nas vendas da indústria. Caso essa inadimplência chegar a comprometer a quitação de empréstimos, os bancos em geral podem reagir dificultando a oferta de crédito, o que irá contrair os investimentos (2006). Na análise do Ministério da Fazenda, no Brasil, o componente de maior impacto no *Spread* bancário é a inadimplência (MANTEGA, 2009).

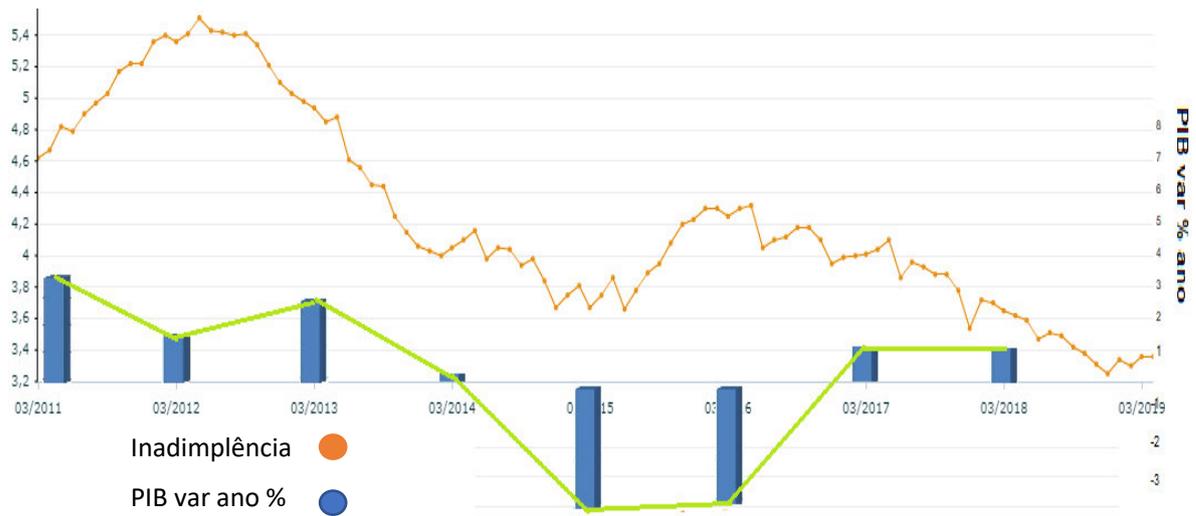
Figura 10 – Decomposição do Spread bancário no Brasil em 2009



Dados: BCB. Elaboração: Ministério da Fazenda. Fonte: MANTEGA, 2009, p. 26.

Entretanto, quando comparamos o PIB com a inadimplência, é possível observar uma singela uma relação direta, ou seja, quanto maior inadimplência, maior o PIB.

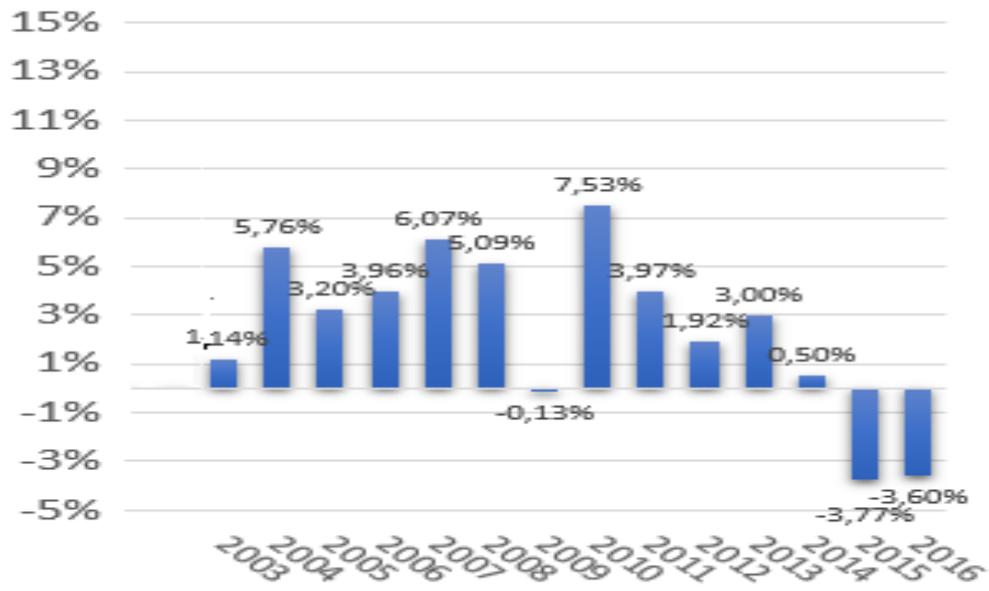
Gráfico 8 – Relação da variação anual do PIB (%) com a taxa de inadimplências da carteira de crédito das pessoas físicas de 2011 a 2019.



Fonte: IBGE. Elaboração: Própria.

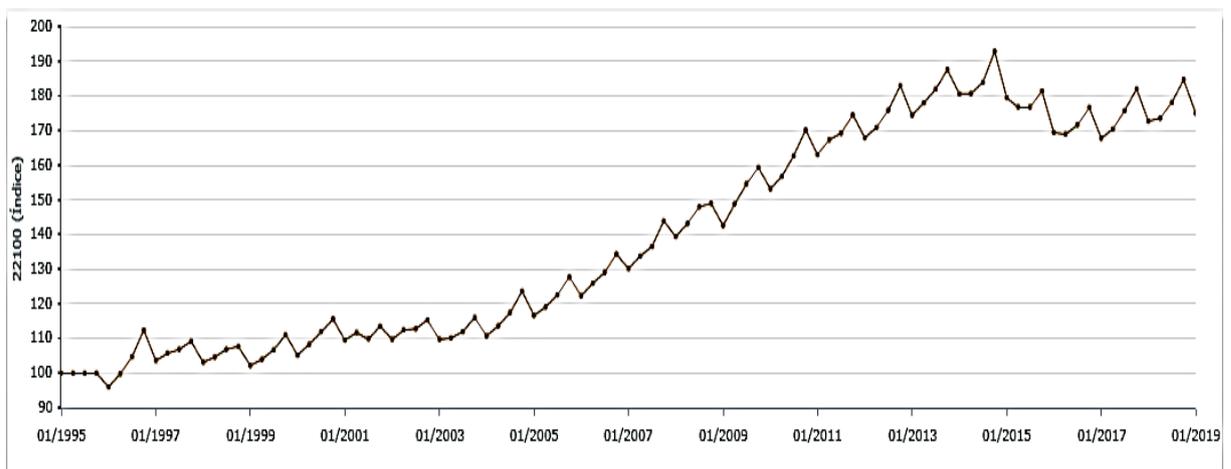
Apesar do PIB ter apresentado grandes variações nos resultados (Gráfico 20), o consumo, continua em patamares elevados, comparado a períodos anteriores, mesmo com o alto nível de endividamento visto no Gráfico 13 (p. 46).

Gráfico 9 – Variação do PIB no Brasil de 2003 a 2016.



Fonte: IBGE. Elaboração: Própria.

Figura 11 – PIB trimestral em relação ao consumo das famílias brasileiras de 95 a 2019.



Fonte: IBGE. Elaboração: SGS

5 CONCLUSÃO.

Nosso objetivo inicial era identificar os efeitos contraditórios das políticas para prevenir os possíveis impactos da recessão econômica de 2008, em especial as que incentivaram o consumo das famílias. Nossa hipótese era de que esse incentivo causaria um nível de endividamento das famílias que fosse prejudicial a economia pois compromete o consumo futuro. Apesar de identificarmos que o incentivo ao consumo, tanto pela expansão do crédito como redução de impostos, causa aumento no endividamento das famílias e, conseqüentemente, aumenta os riscos do inadimplência, não é possível afirmar que apenas este indicador é causa dos impactos negativos que ocorreram na economia após 2008. O consumo das famílias teve crescimento contínuo desde 2003 até meados de 2014, tendo uma singela queda após esse período, e retomando o crescimento em 2017. O endividamento teve a mesma trajetória. Porém, o PIB teve desempenho contrário a essas variáveis, principalmente após 2008, nos impossibilitando de afirmar que o endividamento por si só causa redução no consumo e assim reduza a atividade econômica, contradizendo aquilo que levantamos como hipótese. Apesar do Brasil possuir diversas instituições que apresentam dados frequentes sobre a economia, o estudo sobre o endividamento familiar mais detalhado ainda é incipiente em comparação aos outros indicadores, um exemplo é a PEIC que iniciou em 2010. Isso de certa forma dificulta análises mais aprofundadas sobre as causas do endividamento e seus impactos, principalmente porque os fatos relevantes para economia, inclusive o evento de referência investigado em nosso trabalho (crise de 2008), ocorreram antes desse período. Entretanto, esse estudo é importante pois contribui para refutar possíveis afirmações que o nível de endividamento possa ser causa exclusiva de redução no consumo ou causa de uma recessão econômica. Para trabalhos futuros, é importante um aprofundamento mais detalhado das conseqüências dos diversos tipos de políticas implantadas pelos governos, incluindo a relação com variáveis e acontecimentos de grande impacto, como as crise, e assim, poder chegar a uma explicação mais detalhada dos resultados que terão as políticas econômicas implantadas pelos governos.

REFERÊNCIAS

AFONSO, J. R. Keynes, investimento e política fiscal na crise. In: Artigo apresentado no III Encontro da Associação Keynesiana Brasileira, de 11 a 13 de agosto de 2010. Disponível em: <www.joserobertoafonso.com.br/attachment/6222>. Acesso em: 18 de maio de 2019.

ALVARENGA, D. Governo prorroga IPI baixo para linha branca e móveis. G1, Economia. 2012. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/noticia/2012/06/governo-prorroga-ipi-para-linha-branca-e-moveis.html>> Acesso em 20 de maio de 2019.

ARRUDA, José Jobson. Piletti, Nelson. Toda a História. 5.ed. São Paulo: Editora Ática, 1996

BARRÍA, Cecília. As cinco piores bolhas da história da economia - e porque elas ainda assustam. BBC News Brasil. 2017. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/geral-42418028>> Acesso em 10 de junho de 2019.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. O que é inflação. Política monetária. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/controleinflacao/oqueinflacao>> Acesso em 01/07/2019

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Recolhimento compulsório, encaixe e direcionamentos obrigatórios. Disponível em <<https://www.bcb.gov.br/acessoinformacao/legado?url=https:%2F%2Fwww.bcb.gov.br%2Fhtms%2Fnovapaginaspb%2Fcompulsorios.asp>> Acesso em 24/04/2019.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Sistema Gerenciador de Séries Temporais – SGS. Disponível em: <<https://www3.bcb.gov.br/sgspub/localizarseries/localizarSeries.do?method=prepararTelaLocalizarSeries>> Acesso em 10 de agosto de 2018.

BEAUD, Michel. História do Capitalismo de 1500 até nossos dias. Capítulo 4: Da Grande Depressão à Grande Guerra (1873-1914). São Paulo: Editora Brasiliense, 1996.

BRESSER-PEREIRA, L. C. A crise financeira de 2008. Revista de Economia Política, vol. 29, nº 1 (113), p. 133-149, janeiro-março, 2009. Disponível em: <http://www3.eco.unicamp.br/cecon/images/arquivos/publicacoes/publicacoes_23_3475272552.pdf> Acesso em 01 de junho de 2019.

BRUSKY, B. e MAGALHÃES, R. S. Assessing indebtedness: results from pilot survey among steelworkers in São Paulo. International Labour Office, Geneva, n. 46, 2007.
BRUM & HILLIG. Repensando o Consumismo: uma reflexão sobre a necessidade de um “consumo responsável”. Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental REGETEC-CT/UFSM, v (1), nº1, p. 115-128, 2010. Disponível em: < <https://periodicos.ufsm.br/index.php/reget/article/viewFile/2300/1400> > Acesso em 04 de fevereiro de 2019.

CAMPOS, E.; SIMÃO, E. Juro de crédito livre para pessoa física é o maior desde 2011. Valor Econômico, 2015. Disponível em: <https://www.valor.com.br/financas/4367678/juro-de-credito-livre-para-pessoa-fisica-e-o-maior-desde-2011>. Acesso em 22 de maio de 2019.

CARVALHO, H. Risco País (EMBI+ Brasil) – Definição e Dados Históricos. HC investimentos, 2011. Disponível em: < https://www.google.com/url?sa=i&source=images&cd=&ved=2ahUKEwj27NDc2d_iAhWUHRkGHTjYDowQjRx6BAgBEAU&url=https%3A%2F%2Fhcinvestimentos.com%2F2011%2F03%2F28%2Frisco-pais%2F&psig=AOvVaw3pJd5N6ubEsKA_QEU4XmcJ&ust=1560283117942673 > Acesso em 10 de maio de 2019.

CARVALHO, Fernando C. de. Da síntese neoclássica a redescoberta de Keynes. Análise Econômica, ano 6, n. 9, p. 3-21, Faculdade de Ciências Econômicas – UFRGS, 1987. Disponível em < <https://www.seer.ufrgs.br/AnaliseEconomica/article/download/10286/6005> > Acesso em 01/05/2019.

DEATON, Angus. Understanding consumption. Resumo crítico. Disponível em: < https://www.cps.fgv.br/cps/pesquisas/Políticas_sociais_alunos/BES/BES6_00_DEATON_cons.pdf > Acesso em 03 de junho de 2019.

DILLARD, Dudley. A Teoria Econômica de John Maynard Keynes: Teoria de uma economia monetária, 4ª edição. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1982.

DINIZ, C. A. de Oliveira; GUIMARÃES, R. N. Capitalismo e suas crises econômicas: a utilização do consumo como forma de enfrentar a recessão. 2011. Disponível em: < <http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=28dd2c7955ce9264> > Acesso em 30 de maio de 2019.

FECOMERCIO. Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor – PEIC. 2019. Disponível em: <<https://www.fecomercio.com.br/pesquisas/indice/peic>> Acesso em 19 de junho de 2019.

FERREIRA, R. Como planejar, organizar e controlar seu dinheiro. São Paulo: Thomson, 2006.

FERRARI FILHO, F. & ARAÚJO, J. P. Caos, incerteza e teoria pós-keynesiana. In Anais V Encontro Nacional Da Sociedade de Economia Política. Ensaios FEE, v. 21, n. 2, p. 163-182. Porto Alegre, 2000. Disponível em: <<https://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/download/1977/2357>> Acesso em 23 de fevereiro de 2019

FILHO, F. F.; PAULA, L. F. Padrões de crescimento e desenvolvimentismo: uma perspectiva keynesiano-institucionalista. Nova Economia, v. 26, n. 3, 2017.

FREITAS, M. C. P. Os efeitos da crise global no Brasil: aversão ao risco e preferência pela liquidez no mercado de crédito. Estudos avançados, v. 23, n. 66, p. 125-145, 2009. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/10415/12131>>. Acesso em: 17 de maio de 2019.

FROYEN, Richard T. Macroeconomia, tradução da 5ª edição. São Paulo: Editora Saraiva, 2001.

GIAMBIAGI, Fábio. Finanças Públicas: Teoria e Prática no Brasil, 5ª edição. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016.

HARVEY, David. O enigma do capital: e as crises do capitalismo. São Paulo: Boitempo, 2011.

HUNT, E. K. História do Pensamento Econômico. 7. ed. Tradução José Ricardo Brandão Azevedo. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1981

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Séries Históricas e Estatísticas. Despesa de Consumo das Famílias Variação em volume taxa acumulada ao longo do ano. Disponível em: <<https://serieestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?vcodigo=ST27>> Acesso em 20 de maio de 2019.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Sistema de Contas Nacionais Trimestrais – SCNT. PIB a preços de mercado - Taxa acumulada em 4 trimestres (%), 1º trimestre 1996 - 1º trimestre 2019. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9300-contas-nacionais-trimestrais.html?=&t=series-historicas&utm_source=landing&utm_medium=explica&utm_campaign=pib%25252523evolucao-taxa%252523evolucao-taxa%23evolucao-taxa#evolucao-taxa> Acesso em 18 de maio de 2019.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Banco do Brasil, BNDES e Caixa Econômica Federal: a atuação dos bancos públicos federais no período 2003-2010. Comunicado Ipea, n. 105, Brasília, ago. 2011.

EQUIPE INFOMONEY. Inadimplência: qual o seu efeito na economia? IfoMoney. Educação. Guias. 2006. Disponível em: <<https://www.infomoney.com.br/educacao/guias/noticia/493730/inadimplencia-qual-seu-efeito-economia>> Acesso em 22 de junho de 2019.

KEYNES, John Maynard. A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda. São Paulo: Editora Atlas S.A., 1996.

LOPES, G. de O. Endividamento das famílias brasileiras no sistema financeiro nacional: o impacto de indicadores macroeconômicos. 64 f. 2012. Dissertação (Mestrado em Economia do Setor Público) – Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

MANTEGA, Guido. Economia brasileira em perspectiva. Outubro de 2009. Disponível em: < https://www.fazenda.gov.br/centrais-de-conteudos/publicacoes/publicacoes-descontinuadas/economia-brasileira-em-perspectiva/economia_brasileira_em_perspectiva_pt_ed1_out2009.pdf> Acesso em 20 de junho de 2019.

MANKIW, N. Gregory. Introdução à economia. São Paulo: Cengage Learning, 2015.

MARQUES, M. L. M.; FRADE, C. Regular o sobreendividamento. Coimbra, 2003. Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra, 2003. Disponível em: < <https://www.uc.pt/feuc/%7B%7B%20entry.link%20%7D%7D> > Acesso em 22 de janeiro de 2019.

MARTINS, N. M.; FERRAZ, C. de A. A expansão do mercado de crédito brasileiro no período 2004-2009: determinantes, condicionantes e sustentabilidade. Cadernos do Desenvolvimento, p. 269, 2011. Disponível em: <http://www.centrocelsofurtado.com.br/arquivos/image/201111011233060.CD_edicao_cmp_letto.pdf#page=269>. Acesso em: 18 de março de 2017

MATTEI, L.; MAGALHÃES, L. F. A Política Econômica Durante O Governo Lula (2003-2010): Cenários, Resultados E Perspectivas. In: DE PAULA, Marlene (Org.). Nunca antes na História Desse País? Um Balanço das Políticas do Governo Lula. Rio de Janeiro: Fundação Henrich Böll Stiftung, 2011. Disponível em: < <https://pt.slideshare.net/Gabrmorais/a-politica-economica-durante-o-governo-lula-2003-2010-cenrios-resultados-e-perspectivas>>. Acesso em: 20 de maio de 2019.

MONDENESE, A. de Melo. Regimes monetários: teoria e a experiência do real. Barueri: Manole, 2005.

MOREIRA, F. R. O consumo e o crédito na sociedade contemporânea. Gestão e Desenvolvimento, v. 19, p. 91-114, 2011. Disponível em:

<http://z3950.crb.ucp.pt/Biblioteca/GestaoDesenv/GD19/gestaodesenvolvimento19_91.pdf>. Acesso em: 21 de maio de 2019.

NICÁCIO, Adriana. Receita contra a crise. Revista Isto É. 2011. Disponível em: <https://istoe.com.br/184560_RECEITA+CONTRA+A+CRISE/?pathImagens=&path=&actualArea=internalPage> Acesso em 13 de maio de 2019

OLIVEIRA, F. A. Economia e política das finanças públicas no Brasil: um guia de leitura. São Paulo: Editora Hucitec, 2009.

OLIVEIRA, G. C. de; WOLF, P. J. W. A dinâmica do mercado de crédito no Brasil no período recente (2007-2015). Texto para Discussão IPEA, 2243, outubro, 2016. Disponível em <<http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/7284>>. Acesso em: 22 de março de 2019.

OLIVEIRA, M.; JESUS, F. Da dificuldade da decisão à facilitação da ação. In: Santos (Org). Famílias endividadas: uma abordagem de economia política e comportamental. Coimbra: Almedina, 2015; p. 65-89.

PAIM, B. Perfil da dívida das famílias e o Sistema Financeiro Nacional. Indicadores Econômicos FEE, v. 42, n. 4, p. 9, 2015. Disponível em: <<https://revistas.fee.tche.br/index.php/indicadores/article/view/3499>> Acesso em 17 de maio de 2019.

PAULA, L. F. Bancos e crédito: a abordagem pós-keynesiana de preferência pela liquidez. Revista de Economia, Curitiba, v.32, n.2, p. 81-93, 2006. Disponível em: <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/inex.php/economia/article/view/7729/5502>>. Acesso em: 14 de maio de 2019

PAULA, Luiz F.; PIRES, M. Crise e perspectiva para a economia brasileira. Estudos avançados, vol.31, nº.89. São Paulo, 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142017000100125&script=sci_arttext&tIng=pt> Acesso em 20 de maio de 2019.

PALIS, R. PIB tem queda de 3,6% no 4º trimestre, a maior desde 1996. Economia e Negócios, 2012. Disponível em: <http://g1.globo.com/Noticias/Economia_Negocios/0,,MUL1036131-9356,00-PIB+TEM+QUEDA+DE+NO+TRIMESTRE+A+MAIOR+DESDE.html> Acesso em 10/02/2019

PEIC - Pesquisa Nacional de Endividamento e Inadimplência do Consumidor. 2019. Disponível em: <<https://www.fecomercio.com.br/pesquisas/indice/peic>> Acesso em: 21 de junho de 2019.

_____. Pesquisa Nacional de Endividamento e Inadimplência do Consumidor. 2014. Disponível em: < <http://www.cnc.org.br/central-do-conhecimento/pesquisas/pesquisa-nacional-de-endividamento-e-inadimplencia-do-consumido-36>> Acesso em: 20 de junho de 2019.

PEREIRA, J. Matias. Os Efeitos da Retomada da Crise Mundial na Economia Brasileira, em Observatorio de la Economia Latinoamericana, Número 157, 2011. Disponível em: <<http://www.eumed.net/cursecon/ecolat/br/11/jmp2.html>> Acesso em 28 de janeiro de 2019.

PINDYCK, Robert S., Daniel L. Rubinfeld. Microeconomia; São Paulo: Makron Books, 1999.

PINHO, Diva. Manual de Economia. São Paulo: Saraiva, 2006.

RECESSÃO ECONÔMICA. Perguntas & Respostas. Revista VEJA seções on-line. Disponível em: < https://veja.abril.com.br/idade/exclusivo/perguntas_respostas/recessao/recessao-economica-crise-desaceleracao-queda-pib-efeitos.shtml> Acesso em 10 de maio de 2019

RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO FISCAL. Junho de 2017. Disponível em < http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/529913/RAF5_JUN2017_pt4_Divida_Publica.pdf > Acesso em 22/05/2019

SANTOS, A. C. O endividamento das famílias: o indivíduo e o seu contexto. Coimbra: Almedina, 2015, p. 43-63.

SCHILLING, V. Capitalismo: entenda as teorias da crise que o assombram. Terra. Educação. História. 2015. Disponível em: <<https://www.terra.com.br/noticias/educacao/historia/capitalismo-entenda-as-teorias-das-crise-que-o-assombram,eeaccf195f2e973a87bcf3610a42989flg1i4isl.html>> Acesso em 25 de maio de 2019.

SMITH, Adam. A riqueza das nações: uma investigação sobre a natureza e as causas da riqueza das nações. São Paulo: Madras, 2009.

SOUZA, M. A. P. de. O uso do crédito pelo consumidor: percepções multifacetadas de um fenômeno intertemporal. 118 f. 2013. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Programa de Pós-graduação em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações Universidade de Brasília, Brasília, 2013. Disponível em: < http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/13255/1/2013_MarcosAguerriPimentadeSouza.pdf> Acesso em 20 de junho de 2019.

TAVARES, E. Governo reduz imposto da linha branca para estimular o consumo. Exame. Economia. 2011. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/economia/governo-reduz-imposto-da-linha-branca-para-estimular-o-consumo/>> Acesso em: 20 de maio de 2019.

TEODÓSIO, A. S. S.; VIEGAS, D.; DIAS, S. L. F. G. Consumo, meio ambiente e cidadania: intrincados (dês)encontros na sociedade de hiperconsumo. In: PIMENTA, Solange Maria (Org). Sociedade e consumo: Múltiplas Dimensões na Contemporaneidade. Curitiba: Juruá, 2010, p. 119-145.

TERRA, F. H. B.; FILHO, F. F. As políticas econômicas em Keynes: reflexões para a economia brasileira no período 1995-2011. XL ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA ANPEC—ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS CENTROS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA, 2014. Disponível em: <https://www.anpec.org.br/encontro/2014/inscricao/files_/i1-d438465bfaa8b2ce2f08060bb4eaa4ae.pdf> Acesso em 15 de fevereiro de 2019.